

PROCESSO 016.797	
Folhas	Nome/Rubrica



Anexo II

Minuta de Contrato de Concessão

Área de Operação X

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	7
CLÁUSULA 1. ^a – DEFINIÇÕES	7
CLÁUSULA 2. ^a – ANEXOS	10
CLÁUSULA 3. ^a – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	10
CLÁUSULA 4. ^a – INTERPRETAÇÃO	10
CAPÍTULO II – OBJETO DA CONCESSÃO	11
CLÁUSULA 5. ^a – OBJETO DA CONCESSÃO.....	11
CLÁUSULA 6. ^a – ESPÉCIE DA CONCESSÃO	12
CAPÍTULO III – PRAZO DA CONCESSÃO.....	12
CLÁUSULA 7. ^a – PRAZO DA CONCESSÃO.....	12
CAPÍTULO IV – VALOR ESTIMADO DO CONTRATO.....	13
CLÁUSULA 8. ^a – VALOR ESTIMADO DO CONTRATO.....	13
CAPÍTULO V – BENS VINCULADOS À CONCESSÃO.....	13
CLÁUSULA 9. ^a – BENS VINCULADOS À CONCESSÃO.....	13
CAPÍTULO VI – CONCESSIONÁRIA	17
CLÁUSULA 10 – DA CONCESSIONÁRIA.....	17
CLÁUSULA 11 – TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO.....	17
CLÁUSULA 12 – COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO	17
CLÁUSULA 13 – CAPITAL SOCIAL.....	17
CLÁUSULA 14 – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	18
CLÁUSULA 15 – LICENÇAS.....	20
CAPÍTULO VII – OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS	20
CLÁUSULA 16 – TRANSFERÊNCIA DO SERVIÇO	20
CLÁUSULA 17 – DA PUBLICIDADE PRÉVIA AO PLANO DE OPERAÇÃO FUTURO	20
CLÁUSULA 18 – SERVIÇO EMERGENCIAL.....	21

CAPÍTULO VIII – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	22
CLÁUSULA 19 – ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONCESSÃO	22
CLÁUSULA 20 – DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA	22
CLÁUSULA 21 – DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE	26
CLÁUSULA 22 - REGIME TARIFÁRIO E EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	27
CLÁUSULA 23 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	28
CLÁUSULA 24 - REVISÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	30
CAPÍTULO IX - RECEITAS DE EXPLORAÇÃO	35
CLÁUSULA 25 - COBRANÇA DE PASSAGEM.....	35
CLÁUSULA 26 - FONTES ACESSÓRIAS DE RECEITA.....	36
CAPÍTULO X - GARANTIAS E SEGUROS	37
CLÁUSULA 27 – GARANTIAS	37
CLÁUSULA 28 - SEGUROS.....	38
CAPÍTULO XI - FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO	40
CLÁUSULA 29 - FISCALIZAÇÃO.....	40
CLÁUSULA 30 - NÃO ACATAMENTO DE DETERMINAÇÕES	41
CAPÍTULO XII - RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS.....	41
CLÁUSULA 31 - RESPONSABILIDADE GERAL.....	41
CLÁUSULA 32 - CONTRATOS COM TERCEIROS	41
CAPÍTULO XIII - INTERVENÇÃO.....	42
CLÁUSULA 33 - INTERVENÇÃO.....	42
CAPÍTULO XIV - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO.....	45
CLÁUSULA 34 - CASOS DE EXTINÇÃO.....	45
CLÁUSULA 35 - ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL	45
CLÁUSULA 36 - ENCAMPAÇÃO	46
CLÁUSULA 37 - CADUCIDADE	47
CLÁUSULA 38 - RESCISÃO	50
CLÁUSULA 39 – ANULAÇÃO	51

CLÁUSULA 40 – DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	52
CLÁUSULA 41 – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR	52
CAPÍTULO XV - SANÇÕES E PENALIDADES.....	54
CLÁUSULA 42 – SANÇÕES E PENALIDADES	54
CAPÍTULO XVI - PREÇO DOS SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO	55
CLÁUSULA 43 – PREÇO DOS SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO.....	55
CAPÍTULO XVII - USUÁRIOS	55
CLÁUSULA 44 – DIREITOS DOS USUÁRIOS.....	55
CAPÍTULO XVIII - OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	57
CLÁUSULA 45 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	57
CLÁUSULA 46 – OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA.....	58
CAPÍTULO XIX - DISPOSIÇÕES DIVERSAS	67
CLÁUSULA 47 – CONTAGEM DE PRAZOS.....	67
CLÁUSULA 48 – FASE DE TRANSIÇÃO.....	67
CLÁUSULA 49 – EXERCÍCIO DE DIREITOS	67
CLÁUSULA 50 – INVALIDADE PARCIAL	68
CLÁUSULA 51 – TRANSIÇÃO AO FINAL DA CONCESSÃO	68
CLÁUSULA 52 – GARANTIAS AOS FINANCIADORES.....	69
CLÁUSULA 53 – TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES.....	70
CLÁUSULA 54 – ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA	71
CAPÍTULO XX – INTERVENIENTE-ANUENTE	72
CLÁUSULA 55 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE	72
CAPÍTULO XXI – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA.....	72
CLÁUSULA 56 – A AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS.....	72
CLÁUSULA 57 – FORO	73

MINUTA

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO Nº/ARTESP /20XX

EDITAL DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 002/2016

Aos _____, comparecem, de um lado, a **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARTESP**, doravante designada **CONTRATANTE**, autarquia estadual de regime especial, com sede na Rua Iguatemi nº 105, Itaim Bibi, São Paulo - SP, neste ato representada por seu Diretor Geral, Giovanni Pengue Filho e, de outro lado, a _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada, na forma de seus atos constitutivos, pelo(s) senhor (es) _____ (qualificação), e, na condição de **INTERVENIENTE-ANUENTE**, o **ESTADO DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS**, com sede na Rua Boa Vista, nº 175, Centro, São Paulo – SP, representada neste ato pelo seu Secretário, Clodoaldo Pelissoni, e considerando que:

O **PODER CONCEDENTE**, Estado de São Paulo, decidiu atribuir à iniciativa privada a exploração, sob regime de **CONCESSÃO**, **OS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS INTERMUNICIPAIS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS (SERVIÇO REGULAR)**, correspondente à **Área de Operação X** do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo, compreendendo a operação do transporte, programação das Linhas, venda de passagens e manutenção, autorizada pelo Decreto Estadual nº 61.635, de 19 de novembro de 2015 e na forma determinada no EDITAL de Concorrência Internacional nº 002/2016;

Em consequência dessa decisão, a **CONTRATANTE** realizou **LICITAÇÃO**, regulada pelas Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelas Leis Estaduais nº 7.835, de 8 de maio de 1992, nº 9.361, de 5 de julho de 1996 e nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, pelo Decreto Estadual nº 61.635, de 19 de novembro de 2015 e pelo EDITAL de Concorrência Internacional nº 002/2016;

A sociedade (ou consórcio)..... foi proclamada vencedora do objeto da **LICITAÇÃO**, por ato da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL** designada na

Portaria ARTESP nº XX/2017 (Diário Oficial do Estado de XX/09/2017), resultado este homologado pelo Conselho Diretor da **ARTESP** em Deliberação de _____, publicado no D.O.E de [--], sendo o objeto adjudicado em _____ pelo Diretor Geral da **ARTESP** e publicado no Diário Oficial do Estado - Poder Executivo - Seção I, respectivamente em _____ e _____

As PARTES, acima qualificadas, resolvem, de comum acordo, firmar o presente CONTRATO DE CONCESSÃO, que será regido pelas Cláusulas e condições aqui previstas.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.^a – DEFINIÇÕES

1.1. Neste CONTRATO, sempre que em maiúsculas, e salvo se do contexto resultar claramente sentido diferente, os termos a seguir indicados terão o seguinte significado:

- I. **CONCESSÃO:** delegação do serviço público de exploração dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular) da Área de Operação X, definida no Anexo I – Termo de Referência para a Prestação dos Serviços e Descrição das Áreas de Operação do Edital de Concorrência Internacional nº 002/2016;
- II. **CONCESSIONÁRIA:** sociedade ou consórcio ao qual foi adjudicado o objeto da licitação;
- III. **CONTRATO:** é o instrumento de outorga da CONCESSÃO, a ser celebrado entre a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, que tem por objeto regular as condições de sua exploração;
- IV. **CONTRATANTE:** ARTESP;
- V. **EDITAL:** Edital de Concorrência Internacional nº 002/2016;
- VI. **LICITAÇÃO:** processo de seleção para escolha da empresa ou consórcio de empresas para outorga da concessão, nos termos do EDITAL;
- VII. **LINHA:** Ligação entre dois pontos terminais rodoviários e/ou urbanos, com itinerário e frequência definidos, em municípios diferentes;
- VIII. **ÔNUS VARIÁVEL – OV:** valor resultante da aplicação de alíquota de 2% (dois por cento) sobre a receita bruta total (a soma das receitas tarifárias básica e acessória) auferida pela CONCESSIONÁRIA, a ser recolhido mensalmente à ARTESP. Nos casos em que há desconto tarifário, o ÔNUS VARIÁVEL incidirá sobre a tarifa praticada;
- IX. **PARTES:** a CONTRATANTE e a CONCESSIONÁRIA;
- X. **PASSAGEM:** valor a ser cobrado do usuário, corresponde ao valor da TARIFA e, quando inclusos, pedágio, travessia por balsa, tributos e outros eventuais;

- XI. PLANO DE OPERAÇÃO FUTURO: plano elaborado pela CONTRATADA, configurado pelas ligações do sistema futuro, e que representa o conjunto de LINHAS a serem operadas pela CONCESSIONÁRIA, após a fase de migração prevista no EDITAL, com atendimento aos parâmetros previstos no Termo de Referência para a Prestação dos Serviços e Descrição das Áreas de Operação;
- XII. PODER CONCEDENTE: o Estado de São Paulo;
- XIII. PROPONENTE: é a empresa ou o consórcio de empresas participante da LICITAÇÃO;
- XIV. PROPOSTA: o conjunto de informações e documentos apresentados pela PROPONENTE, autor da PROPOSTA que serviu de base à adjudicação do objeto da LICITAÇÃO, bem como as informações e esclarecimentos prestados posteriormente, relativamente à mesma;
- XV. REGULAMENTO DA CONCESSÃO: Regulamento da Concessão dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular), conforme aprovado pelo Decreto Estadual 61.635, de 19 de novembro de 2015;
- XVI. REGULAMENTO COMPLEMENTAR DOS SERVIÇOS: Regulamento dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular) no Estado de São Paulo, conforme o Anexo III – Regulamento Complementar dos Serviços do EDITAL;
- XVII. SERVIÇO ADEQUADO: como definido pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, em seu artigo 6º, assim considerado aquele que atenda às disposições do Anexo I – Termo de Referência para a Prestação dos Serviços e Descrição das Áreas de Operação, Anexo III – Regulamento Complementar dos Serviços, ambos do EDITAL e Decreto Estadual nº 61.635/2015;
- XVIII. SERVIÇOS COMPLEMENTARES: serviços considerados como convenientes ao usuário dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros, mas não essenciais, para manter o Serviço adequado nos termos do EDITAL e das normas reguladoras;

- XIX. SERVIÇOS DELEGADOS: serviços públicos a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA durante todo o prazo da CONCESSÃO, nos termos deste EDITAL e das normas de regulação;
- XX. SERVIÇOS NÃO DELEGADOS: serviços de competência do Poder Público, não compreendidos no objeto da CONCESSÃO, tais como modernização dos terminais rodoviários, planejamento integrado dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros e fiscalização e autuação de infrações dos serviços;
- XXI. SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS: Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular), que proporciona a ligação entre municípios sem transpor os limites territoriais do Estado de São Paulo, com cobrança individual de passagens e caráter de serviço público, aberto ao público, exceto aqueles legalmente atribuídos, ou a atribuir, à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos;
- XXII. SERVIÇO EMERGENCIAL: aquele outorgado pelo prazo necessário a garantir a continuidade na prestação dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros, em casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;
- XXIII. SISTEMA DE TRANSPORTE: o conjunto de pessoas físicas ou jurídicas e bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, e normas que visem, direta ou indiretamente, viabilizar a prestação dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros;
- XXIV. SISTEMA INTEGRADO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA E MONITORAMENTO (SIBEM): conjunto de equipamentos, “softwares”, procedimentos e informações relacionados à comercialização, contabilização, registro e monitoramento dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros, conforme estabelecido no Anexo IX – Termo de Referência do Sistema Integrado de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento (SIBEM);

XXV. TARIFA: é a parcela da PASSAGEM correspondente ao valor referente à prestação dos serviços pela CONCESSIONÁRIA, conforme o estabelecido no EDITAL.

CLÁUSULA 2.^a – ANEXOS

2.1. Integram o CONTRATO, para todos os efeitos legais e contratuais, o EDITAL, seus anexos e esclarecimentos, bem como a PROPOSTA elaborada pela CONCESSIONÁRIA, vencedora do processo licitatório, do qual advém este CONTRATO.

CLÁUSULA 3.^a – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A CONCESSÃO reger-se-á pelo art. 175 da Constituição Federal, pelas Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 8.666, de 21 de julho de 1993, pelas Leis Estaduais nº 7.835, de 8 de maio de 1992, nº 9.361, de 5 de julho de 1.996, e nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, pelo REGULAMENTO DA CONCESSÃO, aprovado por meio do Decreto Estadual nº 61.635/2015, EDITAL e anexos.

CLÁUSULA 4.^a – INTERPRETAÇÃO

4.1. As divergências que porventura venham a existir relativamente à aplicação das disposições contratuais, resolver-se-ão da seguinte forma:

- a. Considerar-se-á, em primeiro lugar, as Cláusulas do CONTRATO;
- b. Em segundo lugar, considerar-se-ão as disposições do EDITAL;
- c. Em terceiro lugar, considerar-se-ão as disposições dos demais ANEXOS do CONTRATO;
- d. Em quarto lugar, havendo conflito entre as disposições dos demais ANEXOS do CONTRATO entre si, prevalecerá o mais recente entre eles;
- e. Prevalecendo o conflito, deverá ser aplicada a interpretação que permita a melhor relação entre a prestação adequada do serviço público concedido e os direitos econômico-financeiros da CONCESSIONÁRIA.

CAPÍTULO II – OBJETO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 5.^a – OBJETO DA CONCESSÃO

5.1. A CONCESSÃO tem por objeto a operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, compreendendo ao longo de todo seu prazo de vigência, o seguinte:

- I. A operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, o planejamento e a programação de LINHAS, horários e itinerários de acordo com o PLANO DE OPERAÇÃO FUTURO e a regulamentação da ARTESP;
- II. A cobrança de TARIFAS, além dos encargos incidentes ou agregados à TARIFA, por meio da venda de PASSAGEM, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pela guarda e transporte de valores e entrega a quem de direito;
- III. Manutenção dos veículos, infraestrutura de apoio, instalações e equipamentos vinculados, direta ou indiretamente, à prestação do serviço e todos os demais bens que forem necessários, de qualquer forma, à referida prestação, excetuados os terminais rodoviários e demais infraestruturas cuja responsabilidade de operação e manutenção seja atribuída expressamente ao Poder Concedente ou terceiros;
- IV. A prestação de SERVIÇO ADEQUADO;
- V. A exploração de receitas acessórias e decorrentes de projetos associados, na forma aprovada pela ARTESP;
- VI. Cadastramento dos usuários dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, na forma regulamentada pela ARTESP;
- VII. A prestação de informações na forma, periodicidade e abrangência exigidas pela CONTRATANTE.

5.2. A transferência, a qualquer título, da CONCESSÃO, somente poderá ser feita com a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE e aprovada pelo PODER CONCEDENTE, na forma do artigo 27 da Lei nº 8.987/95.

- 5.3. A operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS deverá obedecer ao disposto no REGULAMENTO DA CONCESSÃO, nas normas, nos padrões e nos procedimentos dispostos no EDITAL e seus anexos, na PROPOSTA e nos demais elementos normativos legalmente instituídos, afetos ao tema.
- 5.4. Durante todo o prazo contratual, a CONCESSIONÁRIA deverá manter, em sua estrutura organizacional, responsáveis técnicos que atendam aos requisitos exigidos na legislação vigente e no EDITAL, para o fiel cumprimento dos serviços objeto da CONCESSÃO, especialmente profissional(is) com experiência na exploração dos SERVIÇOS DELEGADOS, tal como exigido no EDITAL.

CLÁUSULA 6.^a – ESPÉCIE DA CONCESSÃO

- 6.1. A CONCESSÃO é simples, de serviço público e será explorada em regime de cobrança de TARIFA e de outros serviços prestados aos usuários, nos termos estabelecidos no Capítulo VIII - Receitas de Exploração deste CONTRATO.

CAPÍTULO III – PRAZO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 7.^a – PRAZO DA CONCESSÃO

- 7.1. O prazo da CONCESSÃO é de 15 (quinze) anos, contados a partir da assinatura do CONTRATO, vedadas prorrogações automáticas.
- 7.2. O prazo da CONCESSÃO poderá ser prorrogado para recompor o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 7.2.1. A CONCESSIONÁRIA terá o prazo máximo de 90 (noventa dias), contados da assinatura deste CONTRATO para o início de operação. Após o início da operação, a CONCESSIONÁRIA terá até 90 (noventa dias) para concluir efetivamente a assunção dos serviços, conforme estabelecido no EDITAL e em seu Anexo VI – Critérios para Elaboração da Descrição da Fase de Transição.
- 7.2.2. A partir da assunção dos serviços, até a extinção da CONCESSÃO, será de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA a prestação de um SERVIÇO ADEQUADO, mediante a execução dos SERVIÇOS DELEGADOS, bem como a gestão dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, nos termos deste CONTRATO.

CAPITULO IV – VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

CLAUSULA 8.^a – VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

- 8.1. O valor estimado do contrato, para a Área de Operação (...), é de R\$ (...) *(neste campo será colocado o valor estimado do contrato na respectiva Área de Operação, na forma numérica e por extenso)*, calculado com base nas estimativas de investimentos no período da CONCESSÃO na data base de 5 de julho de 2016.
- 8.2. O valor do contrato tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das PARTES para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CAPÍTULO V – BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

CLÁUSULA 9.^a – BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

- 9.1. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a manter registro e inventário dos bens vinculados à CONCESSÃO e a atender às exigências legais e regulamentares a eles relativas.
- 9.2. Os bens vinculados à CONCESSÃO poderão ser utilizados na execução de atividades não consignadas no objeto da presente CONCESSÃO, desde que cumpridas as seguintes condições:
- I. Inexista qualquer prejuízo à normal prestação do serviço público concedido; e
 - II. Haja comunicação e aprovação prévia da ARTESP.
- 9.3. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela administração, operação, guarda, utilização, manutenção, modernização e substituição, em perfeitas condições operacionais, de todos os bens vinculados aos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS.
- 9.4. Entende-se por “bens vinculados” à CONCESSÃO todos os bens materiais e imateriais, móveis ou imóveis, contratos e direitos, reversíveis ou não, necessários à prestação adequada e contínua dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS.

- 9.5. Serão revertidos à ARTESP, com o advento do termo contratual, livres de quaisquer ônus, gravames ou encargos, os bancos de dados e sistemas de gerenciamento (SIBEM) dos serviços abaixo descritos:
- 9.5.1. Cadastro de usuários;
- 9.5.2. Infraestrutura em terminais: dispositivos de informação e comunicação com usuário, terminais de venda assistidos ou não, terminais de auto-atendimento e terminais de consulta;
- 9.5.3. Base de dados georreferenciados de itinerários e pontos de interesse nas Ligações, como: terminais rodoviários, pontos de seções tarifárias etc.;
- 9.5.4. Base de dados estatísticos de utilização / frequências durante o período da CONCESSÃO;
- 9.5.5. Dispositivos / Equipamentos / *Software* de Segurança para emissão, garantia de integridade, garantia de confidencialidade da emissão de créditos e respectiva venda de créditos eletrônicos e bilhetes.
- 9.5.6. Créditos eletrônicos existentes no sistema de bilhetagem ao final da concessão e ainda não utilizados pelos usuários.
- 9.6. Os bens revertidos deverão estar em condições adequadas de operação, funcionamento, utilização e manutenção, com as características e requisitos técnicos que permitam a continuidade dos serviços objeto deste CONTRATO.
- 9.7. Caso a reversão dos bens não ocorra nas condições ora estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE, devendo a indenização ser calculada nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das sanções cabíveis e execução de eventuais seguros e da garantia de execução.
- 9.8. A CONCESSIONÁRIA declara, desde já, que todos os valores necessários à reposição, substituição e manutenção ordinária dos bens reversíveis mencionados na Subcláusula 9.5 já foram considerados em sua PROPOSTA, razão pela qual concorda que a remuneração decorrente deste CONTRATO é suficiente para tais substituições, reposições ou manutenções.
- 9.9. Todos os investimentos previstos originalmente neste CONTRATO, inclusive a manutenção e substituição de bens reversíveis mencionados na Subcláusula 9.5, deverão ser depreciados e amortizados pela CONCESSIONÁRIA no prazo da

CONCESSÃO, não cabendo qualquer pleito ou reivindicação de indenização por eventual saldo não amortizado ao fim do prazo da CONCESSÃO, quanto a esses bens.

- 9.10. Os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido deverão estar amortizados e depreciados dentro do prazo da CONCESSÃO, a não ser que o contrário seja expressa e formalmente estabelecido e previamente autorizado pela ARTESP.
- 9.10.1. A regra disposta na Subcláusula 9.10, acima, não se aplica aos investimentos com bens não reversíveis ou que poderão ser considerados reversíveis pelo Poder Concedente ao final da CONCESSÃO, nos termos da Subcláusula 9.14, sendo que apenas haverá indenização pelo valor ainda não depreciado se for feita a opção pela reversibilidade, ao final da CONCESSÃO.
- 9.11. Dependem de anuência prévia da ARTESP, observados os limites legais, regulamentares e normas técnicas aplicáveis, a alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos bens reversíveis, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros.
- 9.12. A alienação, transferência ou oneração de bens reversíveis a terceiros somente será autorizada pela ARTESP quando, cumulativamente, presentes os seguintes requisitos, não obstante outras exigências que possam ser formuladas pelo PODER CONCEDENTE:
- 9.12.1. Prova de não comprometimento da continuidade na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO;
- 9.12.2. Prova de não comprometimento da qualidade na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO; e
- 9.12.3. Obrigação da CONCESSIONÁRIA em realizar a imediata substituição dos bens a serem alienados ou transferidos, por bens novos, de funcionalidade semelhante e tecnologia igual ou superior, salvo se houver expressa anuência da ARTESP para a sua não realização.
- 9.13. Os contratos que tenham validade mínima de um ano e que ao final do prazo de CONCESSÃO ainda estejam em vigor (a exemplo de contratos envolvendo *data center*, rede lógica, infraestrutura e outros) deverão prever a possibilidade de

subrogação em favor da ARTESP e do PODER CONCEDENTE por ocasião da extinção da CONCESSÃO.

- 9.13.1. A efetiva subrogação contratual, no caso da Subcláusula 9.13, fica condicionada à manifestação de interesse por parte da ARTESP ou do PODER CONCEDENTE.
- 9.14. Poderão ser considerados bens reversíveis, a critério do Poder Concedente, em parte ou em sua totalidade, ônibus, garagens e instalações de prestação de serviços exclusivamente ao Estado objeto deste CONTRATO, hipótese na qual será cabível a respectiva indenização.
- 9.14.1. A reversão dos bens apontados na Subcláusula 9.14, acima, far-se-á, no advento do termo contratual, com a indenização, pelo PODER CONCEDENTE ou pela concessionária subsequente, das parcelas dos investimentos a ele vinculados ainda não depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, nos termos do CONTRATO.
- 9.14.2. A faculdade atribuída ao PODER CONCEDENTE nos termos da Subcláusula 9.14 não confere à CONCESSIONÁRIA qualquer expectativa ou direito à reversão dos bens ali referidos ou à indenização do valor remanescente de bens não revertidos.
- 9.14.3. No exercício da faculdade atribuída ao PODER CONCEDENTE nos termos da Subcláusula 9.14 serão respeitados os direitos de terceiro com relação ao bem e respectiva legislação aplicável.
- 9.14.4. A decisão pelo exercício da faculdade atribuída ao PODER CONCEDENTE nos termos da Subcláusula 9.14 deverá ser adotada até 02 (dois) anos antes do advento do termo contratual, de modo a possibilitar a tempestiva adoção das providências apontadas na Subcláusula 9.14.5, abaixo.
- 9.14.5. A apuração do valor não depreciado será efetuada de acordo com tabelas ou preços oficiais, aliada à verificação do estado de conservação e características específicas de cada bem, mediante o auxílio por entidade independente de escolha da ARTESP.
- 9.15.** Não serão considerados bens reversíveis demais instalações operacionais da CONCESSIONÁRIA, incluindo sua sede.

CAPÍTULO VI – CONCESSIONÁRIA

CLÁUSULA 10 – DA CONCESSIONÁRIA

10.1. Na prestação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, a CONCESSIONÁRIA dirigirá seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia de acordo com os seguintes objetivos:

- I. Expansão do número de passageiros servidos pela CONCESSIONÁRIA, ampliação e modernização da frota de veículos, das infraestruturas de apoio, das instalações e dos equipamentos da CONCESSIONÁRIA, para o adequado atendimento das demandas atual e futura;
- II. Incremento da sustentabilidade econômica da CONCESSÃO e atingimento de suas metas, observadas a legislação específica, as normas regulamentares, as prescrições deste CONTRATO e as condições da PROPOSTA vencedora da LICITAÇÃO.
- III. Cooperação com a CONTRATANTE no sentido de colaborar com estudos e testes que venham a ser necessários com vista ao aperfeiçoamento dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros.

CLÁUSULA 11 – TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

11.1. No caso de consórcio, o instrumento de constituição deverá estar devidamente registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá observar, além dos dispositivos legais, as Cláusulas e condições do EDITAL e seus anexos.

11.1.1. Qualquer alteração no instrumento de constituição de consórcio dependerá de prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 12 – COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO

12.1. Qualquer alteração na composição do consórcio, sem prévia anuência da CONTRATANTE, implicará a caducidade do CONTRATO DE CONCESSÃO.

12.2. A dissolução do consórcio apenas poderá ocorrer após o término dos levantamentos, avaliações e liquidações a que se refere o artigo 35, § 2º da Lei Federal nº 8.987/1995, providências estas que culminarão com a assinatura de termo de recebimento definitivo.

CLÁUSULA 13 – CAPITAL SOCIAL

- 13.1. O capital social subscrito e integralizado da CONCESSIONÁRIA, no caso de criação de Sociedade de Propósito Específico ou de subsidiária integral de empresa estrangeira, é de R\$ (...) *(neste campo será colocado o valor do capital social da Concessionária, na forma numérica e por extenso)* para a Área de Operação (...) *(neste campo será indicada a Área de Operação a que se refere o instrumento de contrato)*.
- 13.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter a CONTRATANTE permanentemente informada sobre o cumprimento e atualização de seu capital social.
- 13.2.1. O capital social foi integralizado antes da assinatura do CONTRATO.
- 13.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá proceder à redução de seu capital social, durante todo o prazo da CONCESSÃO, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- 13.3.1. A dissolução da SPE apenas poderá ocorrer após o término dos levantamentos, avaliações e liquidações a que se refere o artigo 35, § 2º da Lei Federal nº 8987/1995, providências estas que culminarão com a assinatura de termo de recebimento definitivo.
- 13.3.2. Até a dissolução, e mesmo após a extinção da CONCESSÃO, a SPE deverá manter a subscrição mínima do capital social a que se refere a presente Cláusula.

CLÁUSULA 14 – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- 14.1. Durante todo o prazo da CONCESSÃO, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:
- I. Dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações emergentes deste CONTRATO e que possa constituir causa de intervenção na CONCESSIONÁRIA, de caducidade da CONCESSÃO ou da rescisão do CONTRATO;
 - II. Apresentar, até 31 de agosto de cada ano, um relatório auditado da sua situação contábil, incluindo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado correspondente ao semestre encerrado em 30 de junho;

- III. Apresentar, até 30 de abril de cada ano, atendendo, conforme sua natureza, as disposições constantes do Código Civil, da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Lei nº 11.638/2007, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo, dentre outros, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados, a Demonstração de Resultados do Exercício e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas do Balanço, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e, se companhia aberta, inclusive, a Demonstração do Valor Adicionado;
 - IV. Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento dos serviços ou da exploração, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos;
 - V. Apresentar, quando da revisão ordinária, informação atualizada das projeções financeiras da CONCESSÃO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo da CONCESSÃO, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração das projeções financeiras integrantes da PROPOSTA;
 - VI. Apresentar outras informações adicionais ou complementares, que a CONTRATANTE venha a solicitar formalmente.
 - VII. Fornecer todas as informações do SIBEM, disponibilizando *logins* e senhas de acesso à ARTESP.
 - VIII. Armazenar pelo período de contrato todas as informações do SIBEM.
- 14.2. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer ao Plano de Contas Contábil que a CONTRATANTE definirá para as concessões dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, conforme Portaria ARTESP nº 06/2005, ou a que vier substituí-la, sendo que ao longo da concessão deverão ser feitas as devidas adequações ao modelo.

CLÁUSULA 15 – LICENÇAS

- 15.1. São de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a obtenção, em tempo hábil, de todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício de todas as atividades objeto da CONCESSÃO, inclusive das autoridades de trânsito, arcando com todas as despesas relacionadas à implementação das providências determinadas pelos referidos órgãos, correndo por sua conta as despesas correspondentes.

CAPÍTULO VII – OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

CLÁUSULA 16 – TRANSFERÊNCIA DO SERVIÇO

- 16.1. A operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS será transferida gradualmente para a CONCESSIONÁRIA, mediante as assinaturas do “Termo de Entrega” de cada LINHA assumida pela CONCESSIONÁRIA, tornando-se daí em diante responsável exclusiva da prestação de um SERVIÇO ADEQUADO, competindo-lhe a venda de PASSAGEM e os serviços prestados aos usuários, nos termos deste CONTRATO e seus anexos. No término desta etapa, que deverá estar concluída no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir do início da operação, será lavrado o TERMO DE ENTREGA DEFINITIVO, configurando a assunção completa da respectiva Área de Operação.
- 16.2. Após a lavratura do TERMO DE ENTREGA DEFINITIVO, conforme Subcláusula 16.1, a CONCESSIONÁRIA terá até 180 (cento e oitenta) dias para implantação do PLANO DE OPERAÇÃO FUTURO.

CLÁUSULA 17 – DA PUBLICIDADE PRÉVIA AO PLANO DE OPERAÇÃO FUTURO

- 17.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável por promover campanhas informativas durante todo o período de CONCESSÃO. As campanhas devem garantir ampla divulgação à população envolvida e deverão ser submetidas à ARTESP.
- 17.2. Durante a etapa de assunção dos serviços e período de transição para o PLANO DE OPERAÇÃO FUTURO, apresentado na fase de licitação, a CONCESSIONÁRIA será responsável por promover campanha informativa que

garanta ampla divulgação à população envolvida nas alterações operacionais decorrentes da implantação dessas etapas, a qual deverá ser submetida à ARTESP.

17.2.1. O planejamento da campanha deverá atender à regulamentação da ARTESP e seu Plano de Mídia deverá ser encaminhado à ARTESP em até 15 (quinze) dias após a assinatura do CONTRATO. A ARTESP terá até 5 (cinco) dias úteis para análise e manifestação.

17.2.1.1. Havendo solicitações para adequação do Plano de Mídia por parte da ARTESP, estas deverão ser acatadas pela CONCESSIONÁRIA.

17.2.2. Para a etapa de assunção dos serviços o Plano de Mídia deverá ser considerado por empresa e subdividido por LINHA atual dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. Para a etapa do período de transição para o Plano de Operação Futuro, o Plano de Mídia deverá ser considerado por LINHA.

17.2.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP o planejamento detalhado das ações a serem tomadas para a divulgação das alterações nos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS quando da **ASSUNÇÃO** das linhas de uma empresa operadora atual, com pelo menos 10 dias de antecedência.

17.2.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP o planejamento detalhado das ações a serem tomadas para a divulgação das alterações nos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS quando da **TRANSIÇÃO** para a LINHA do Plano de Operação Futuro, com pelo menos 10 dias de antecedência.

17.3. Em até 30 (trinta) dias após a data de início de operação a CONCESSIONÁRIA deverá implantar uma central de relacionamento junto aos usuários e mantê-la até a implantação do sistema de atendimento e informação ao usuário.

CLÁUSULA 18 – SERVIÇO EMERGENCIAL

18.1. Nos casos de manifesta urgência no atendimento a situações que possam ocasionar prejuízo aos usuários ou comprometer a regular execução dos serviços, observar-se-ão os artigos 54 a 56 do Anexo III – Regulamento Complementar dos Serviços, devendo a CONCESSIONÁRIA assegurar a continuidade dos serviços.

CAPÍTULO VIII – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

CLÁUSULA 19 – ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONCESSÃO

- 19.1. A CONCESSIONÁRIA assume integral responsabilidade pelos riscos inerentes à operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente deste CONTRATO.
- 19.2. É de integral responsabilidade da Concessionária o conhecimento dos riscos por ela assumidos, na execução de suas atribuições no âmbito deste CONTRATO, devendo adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos assumidos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.
- 19.3. A relação de riscos expressamente alocados à CONCESSIONÁRIA, na CLÁUSULA 20 – DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA, não é exaustiva, de forma que todo e qualquer risco que não tenha sido expressamente alocado ao PODER CONCEDENTE, na CLÁUSULA 21 – DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE ou nas demais disposições contratuais que apontem inequivocamente neste sentido, serão tratados como risco assumido pela CONCESSIONÁRIA, não dando ensejo, caso materializados, à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 20 – DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA

- 20.1. Adicionalmente às demais disposições deste CONTRATO em que previstos riscos ou obrigações da CONCESSIONÁRIA, e observada a regra estabelecida na Subcláusula 19.3, os riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA ao longo da CONCESSÃO incluem:
- I. Variação nos custos de investimentos, aquisição ou locação de garagem, centro administrativo, instalações operacionais e pontos de venda de passagens;
 - II. Variação nos preços de veículos;

- III. Variação dos preços dos insumos em proporções diferentes aos índices utilizados para o reajuste tarifário e de outros valores previstos no CONTRATO;
- IV. Escassez de insumos operacionais, como combustível, peças e acessórios, rodagem, veículos e outros;
- V. Variações de receita decorrentes de alterações da demanda de passageiros em relação ao previsto pela CONCESSIONÁRIA, exceto se decorrente do risco previsto na Subcláusula 21.1, inciso XIII;
- VI. Variações nas RECEITAS ACESSÓRIAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA, em relação a qualquer projeção realizada pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE, ainda que decorrentes de alteração da legislação tributária;
- VII. Variações dos percentuais de passageiros que usufruam dos benefícios tarifários listados no Anexo V – Política Tarifária, Reajuste e Revisão Tarifária, em desacordo com as projeções da CONCESSIONÁRIA;
- VIII. Variações das taxas de câmbio;
- IX. Alterações no cenário macroeconômico, incluindo aumento do custo de capital e alteração de taxas de juros praticadas no mercado;
- X. Capacidade financeira e/ou de captação de recursos da CONCESSIONÁRIA, assim como os custos de empréstimos e financiamentos obtidos para arcar com as obrigações decorrentes deste CONTRATO;
- XI. Prejuízos causados a terceiros, pela CONCESSIONÁRIA ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;
- XII. Destruição, roubo, furto ou perda dos bens vinculados à CONCESSÃO;
- XIII. Greves de seus empregados;
- XIV. Dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- XV. Responsabilização civil, administrativa e criminal por danos ambientais causados pela CONCESSIONÁRIA;

- XVI. Riscos ambientais associados à implantação da infraestrutura para a prestação do serviço;
- XVII. Obtenção e aprovação de licenças, autorizações e permissões, incluindo despesas, condicionantes e medidas mitigatórias exigidas para tanto;
- XVIII. Ações judiciais movidas em face da CONCESSIONÁRIA;
- XIX. Indenizações decorrentes de ações trabalhistas, reivindicações ou reclamações, inclusive referentes a serviços pretéritos assumidos pela CONCESSIONÁRIA, assegurando-lhe o direito de regresso;
- XX. Despesas para continuidade da viagem nos casos de sua interrupção;
- XXI. Despesas dos usuários em decorrência de acidentes;
- XXII. Prejuízos advindos da política de desconto tarifário praticada pela CONCESSIONÁRIA;
- XXIII. Variação do tempo decorrido para a transição do sistema, exceto se decorrente de ato imputável à CONTRATANTE;
- XXIV. Obtenção de ressarcimento das atuais operadoras em decorrência da prestação de serviço a usuários que tenham delas adquirido bilhetes;
- XXV. Interrupção da prestação de serviço de transporte intermunicipal coletivo pelos antigos operadores entre o período da assinatura do CONTRATO até o início da vigência da Etapa I, Assunção dos serviços no sistema atual;
- XXVI. Sobreposição entre antigos operadores e novos operadores na fase de assunção, Etapa I;
- XXVII. Dificuldades de contratação de mão de obra especializada e de implantação dos elementos tecnológicos da CONCESSÃO;
- XXVIII. Divergências entre a operação existente e a operação preconizada nas tabelas horárias disponibilizadas pelo PODER CONCEDENTE;
- XXIX. Inadequação do PLANO DE OPERAÇÃO FUTURO proposto pela CONCESSIONÁRIA;
- XXX. Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia, omissão ou das próprias atividades da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do objeto deste CONTRATO;

- XXXI. Operação deficiente da CONCESSIONÁRIA no regime de transição ou na rede futura;
- XXXII. Fatos externos imprevisíveis que venham a alterar de forma expressiva a demanda, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil e, à época da materialização do risco, este não seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos no mercado brasileiro, em valores correspondentes, no máximo, à média dos valores de apólices de complexidade semelhante normalmente praticados pelo mercado, e por pelo menos duas empresas seguradoras;
- XXXIII. Concorrência predatória por parte das linhas interestaduais com seções intermunicipais, meios clandestinos de transporte, transporte gratuito fornecido por municípios e particulares, bem como concorrência entre sistemas suburbanos e municipais, independente da fiscalização a ser exercida pela ARTESP;
- XXXIV. Desavenças políticas com municípios, redução da liberdade operacional da CONCESSIONÁRIA e necessidade de ações administrativas e políticas de negociação com os municípios;
- XXXV. Dificuldades operacionais devido a falhas na gestão dos terminais;
- XXXVI. Dificuldade de acesso da população aos terminais intermunicipais ou aos pontos de embarque do sistema suburbano;
- XXXVII. Dificuldade de transmissão de dados, perda de dados, diminuição dos níveis de controle da operação e dificuldade de monitoramento por parte do PODER CONCEDENTE;
- XXXVIII. Dificuldade de implantar, manter e operar o Sistema Integrado de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento – SIBEM;
- XXXIX. Mudanças tecnológicas implantadas pela CONCESSIONÁRIA e que não tenham sido determinadas pela ARTESP ou por lei;
- XL. Investimentos em inovações tecnológicas para manter a atualidade do serviço, salvo se decorrente do risco previsto na Subcláusula 21.1, inciso XVI;

- XLI. Decisões judiciais que suspendam as obras ou a prestação dos serviços decorrentes de atos comissivos ou omissivos da CONCESSIONÁRIA;
- XLII. Adequação à regulação exercida por órgãos públicos, ressalvados os riscos estabelecidos na Subcláusula 21.1, incisos I a IX.

CLÁUSULA 21 – DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE

21.1. Sem prejuízo de outros riscos expressamente assumidos pelo PODER CONCEDENTE neste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assume os seguintes riscos:

- I. Alterações na política tarifária, notadamente a redução do valor cobrado dos usuários, exceto se decorrente de desconto praticado unilateralmente pela CONCESSIONÁRIA;
- II. Atrasos ou inadequação do reajuste tarifário determinado pelo PODER CONCEDENTE;
- III. Imposição de novos benefícios e gratuidades no sistema;
- IV. Modificação unilateral, imposta pelo CONTRATANTE ou pelo PODER CONCEDENTE, nas condições do CONTRATO;
- V. Alterações legais de caráter específico, que tenham impacto significativo e direto sobre as receitas ou sobre os custos dos serviços;
- VI. Mudanças na legislação tributária que tenham impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionados especificamente com a execução dos serviços objeto deste CONTRATO, exceto as mudanças nos impostos e contribuições sobre a renda;
- VII. Criação de contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, ou outro tributo, nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), hipótese em que será considerada, para fins de apuração do impacto no equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, o prejuízo efetivamente comprovado, limitada a uma única incidência do tributo sobre o montante total de receita auferida por ano de CONCESSÃO;
- VIII. Imposição de novas taxas ou tarifas por parte dos municípios;
- IX. Impactos decorrentes da criação, revogação ou revisão das normas exaradas pela ARTESP que afetem a execução do CONTRATO, exceto

aquelas meramente procedimentais ou que regulem obrigações já conferidas à CONCESSIONÁRIA no CONTRATO;

- X. Decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de prestar os serviços, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão ou na hipótese de haver previsão neste CONTRATO que aloque o risco associado à CONCESSIONÁRIA;
- XI. Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP na realização das atividades e obrigações a eles atribuídas neste CONTRATO;
- XII. Fatos externos imprevisíveis que venham a alterar de forma expressiva a demanda, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado não possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil e, à época da materialização do risco, este não seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos no mercado brasileiro, em valores correspondentes, no máximo, à média dos valores de apólices de complexidade semelhante normalmente praticados pelo mercado, e por pelo menos duas empresas seguradoras;
- XIII. Implantação de modais alternativos de transporte que afetem a demanda dos serviços concedidos;
- XIV. Determinação para implantação de novas linhas de transporte rodoviário intermunicipais, além das que constam como obrigatórias neste CONTRATO;
- XV. Supressão de linhas ou área do Estado de São Paulo do âmbito da prestação dos serviços, inclusive em decorrência da criação ou modificação de região metropolitana;
- XVI. Implantação, a pedido do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP, de tecnologia ou atualização tecnológica que não se encontre amplamente disseminada no mercado e não decorra da mera atualidade dos serviços.

CLÁUSULA 22 - REGIME TARIFÁRIO E EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

22.1. Pela prestação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, objeto deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA cobrará TARIFAS com valor máximo fixado pelo PODER CONCEDENTE.

- 22.2. A CONCESSIONÁRIA reconhece que a TARIFA, em conjunto com as regras de reajuste e revisão tarifária descritas no Anexo V – Política Tarifária, Reajuste e Revisão Tarifária do EDITAL, são suficientes para a adequada prestação do serviço concedido.
- 22.3. Demais regras sobre política tarifária, reajuste e revisão da TARIFA e equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, estão descritas no Anexo V – Política Tarifária, Reajuste e Revisão Tarifária do EDITAL.

CLÁUSULA 23 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 23.1. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 23.2. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do ajuste. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, sendo devida sua recomposição, quando qualquer das partes sofrer os efeitos financeiros, positivos ou negativos, de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado.
- 23.3. A CONCESSIONÁRIA não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.
- 23.4. O PODER CONCEDENTE não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ele assumidos no CONTRATO venham a se materializar.
- 23.5. Sem prejuízo do disposto na Subcláusula 19.1, acima, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nas hipóteses abaixo descritas, quando dos eventos a seguir elencados resultar efetivo impacto na equação econômico-financeira do CONTRATO, o qual deverá ser demonstrado pela Parte pleiteante, que deverá comprovar a exata medida do desequilíbrio ensejado pela materialização do evento de desequilíbrio:
- 23.5.1. Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se efetiva alteração dos custos ou da receita/remuneração.

- 23.5.2. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.
- 23.5.3. Solicitação pelo PODER CONCEDENTE de emprego de nova tecnologia ou técnica nos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, ou nos bens utilizados para a prestação os serviços, quando não decorrer de obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.
- 23.5.4. Ocorrência de caso fortuito ou força maior:
- 23.5.4.1. Quando as consequências não forem seguráveis no Brasil;
- 23.5.4.2. Quando as consequências forem seguráveis, no que exceder ao valor da cobertura. Caso a CONCESSIONÁRIA não tenha contratado seguro para o risco materializado, assumirá integralmente o ônus decorrente de sua reparação.
- 23.5.4.3. Caso determinado evento torne-se segurável após a celebração deste CONTRATO, o disposto na Subcláusula 23.5.4.2, acima, se aplicará automaticamente.
- 23.5.5. Redução de custos e encargos setoriais, gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.
- 23.5.6. Materialização de qualquer um dos riscos descritos no CONTRATO e anexos, desde que demonstrado pela Parte pleiteante o efetivo impacto econômico-financeiro e a exata medida do desequilíbrio ensejado pela materialização do evento que não seja decorrente de risco atribuído à Parte pleiteante nos termos deste CONTRATO.
- 23.6. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA:
- 23.6.1. Se ficar caracterizado, mediante relatório fundamentado pelo PODER CONCEDENTE, que os impactos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tenham sido, direta ou indiretamente, causados exclusivamente pela negligência, inépcia ou omissão da CONCESSIONÁRIA.

23.6.2. Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não ensejarem efetivo impacto nas condições contratuais e não acarretarem efetivo desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO que possa ser demonstrado em sua exata medida.

23.7. Caso fique apurado que mais de uma parte tenha concorrido direta ou indiretamente, pela negligência, inépcia ou omissão de ambas as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá considerar apenas o valor do prejuízo a que a parte prejudicada não tenha causado.

CLÁUSULA 24 - REVISÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

24.1. A revisão ordinária do CONTRATO será realizada no 2º, 5º, 9º e 13º anos. O processo terá início em datas pré-determinadas pela ARTESP e terá como propósito:

- I. Rever parâmetros de reajuste tarifário;
- II. Promover o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em face de todos os eventos extraordinários consignados no período imediatamente precedente ao início da revisão ordinária, sendo que a recomposição se dará nos termos da Subcláusula 24.14 abaixo.

24.2. No início do processo de revisão ordinária, as PARTES apresentarão relatório que contenha:

- I. Para a revisão dos parâmetros de reajuste tarifário, identificação das mudanças de composição dos custos do sistema, contemplando mudanças tecnológicas de frota, mudanças de padrões operacionais, mudanças nas condições supervenientes de prestação dos serviços ou outras causas que venham a afetar a proporção entre os custos contemplados na fórmula paramétrica ou que venham a apontar outros índices utilizados para reajuste que sejam preferíveis para ambas as PARTES por critérios como confiabilidade, isenção, regularidade de publicação ou outros.
- II. Para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, em face de todos os eventos extraordinários consignados no período imediatamente precedente, as partes documentarão:
 - a. Síntese de todos os fatos acordados pelas PARTES como motivadores de desequilíbrio econômico financeiro contratual;

- b. Avaliação do impacto financeiro dos fatos acordados, sempre observadas as regras específicas para o método de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstas nesta Cláusula;
 - c. Proposição de modalidade de recomposição do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do Anexo V – Política Tarifária, Reajuste e Revisão Tarifária do EDITAL que poderá contemplar uma ou mais modalidades;
 - d. Quantificação dos valores necessários para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 24.2.1. Uma vez apresentados os relatórios pelas PARTES, deverá ser conduzido processo administrativo específico para que se estabeleça consenso quanto aos elementos descritos no inciso I.
- 24.3. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou por determinação da ARTESP, observado o procedimento constante da Subcláusula 24.4 abaixo, e como consequência dos procedimentos relacionados às revisões ordinárias do CONTRATO.
- 24.4. Somente serão admitidos, em âmbito administrativo, os pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro relativos a eventos ocorridos após a última revisão ordinária do CONTRATO. As solicitações de reequilíbrio não poderão ocorrer em prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias do fato gerador do pleito.
- 24.4.1. Mesmo nos casos em que a ARTESP expressamente defina que os eventos de desequilíbrio identificados possam ser tratados nas revisões ordinárias, a configuração de evento de desequilíbrio e o consequente direito ao seu processamento e tratamento somente se darão mediante a tempestiva e antecedente notificação do evento pela PARTE pleiteante à outra PARTE.
- 24.5. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA deverá constar de requerimento fundamentado e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto a:

- 24.5.1. Identificação precisa do evento de desequilíbrio, acompanhado, quando pertinente, de evidência da responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos desta Cláusula e da Subcláusula 24.5.2 deste CONTRATO.
- 24.5.2. Projeção de fluxo de caixa marginal decorrente do evento de desequilíbrio, considerando: (i) os fluxos marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem evento; e (ii) os fluxos marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 24.5.3. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do evento que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo o regime contábil e tributário aplicável às receitas ou custos supostamente desequilibrados;
- 24.5.4. Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do evento gerador do desequilíbrio sobre o fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA.
- 24.6. Os seguintes procedimentos deverão ser observados para os cálculos que levarão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:
- 24.6.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro sempre será baseada nas melhores informações disponíveis no momento da avaliação do desequilíbrio e será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa que expressaria a concretização do negócio, considerando os parâmetros estimados, sem considerar o impacto do Evento de Desequilíbrio; e (ii) o fluxo de caixa tomando-se em conta os impactos oriundos do Evento de Desequilíbrio.
- 24.6.2. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento de desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério da ARTESP, das projeções realizadas por ocasião da LICITAÇÃO.

- 24.6.3. O valor do desequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto do evento que o ensejou, no fluxo financeiro da CONCESSIONÁRIA, sendo, para tanto, calculado o valor presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação.
- 24.6.4. A taxa de desconto a ser utilizada nos fluxos dos dispêndios e das receitas marginais para efeito da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO será calculada de acordo com o procedimento descrito a seguir:
- 24.6.4.1. Serão adotados parâmetros de demanda verificada conforme apurações mensais realizadas pela CONCESSIONÁRIA, além das receitas, despesas e demais informações necessárias para estruturação dos fluxos de dispêndio marginais.
- 24.6.4.2. A taxa de desconto será definida pelo PODER CONCEDENTE no momento da ocorrência do fato gerador de desequilíbrio que deverá refletir o Custo Médio Ponderado de Capital da época, conforme melhores práticas.
- 24.7. Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, a ARTESP poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos e/ou econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.
- 24.8. A critério da ARTESP poderá ser realizada, por intermédio de entidade independente, especializada e com capacidade técnica publicamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
- 24.9. A ARTESP, ou quem por ela indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado no procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 24.10. A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a pedido da CONCESSIONÁRIA deverá necessariamente considerar em favor do PODER CONCEDENTE os ganhos econômicos extraordinários, que não decorram diretamente da sua eficiência empresarial, propiciados por alterações tecnológicas ou pela modernização, expansão ou racionalização dos serviços, bem como ganhos de produtividade ou redução de encargos setoriais gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.

- 24.11. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pela ARTESP deverá ser objeto de notificação à CONCESSIONÁRIA, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes.
- 24.12. Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, a PARTE terá 90 (noventa) dias para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 24.13. Após manifestação de ambas as PARTES, a ARTESP resolverá sobre o cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observadas as disposições desta Cláusula.
- 24.14. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de escolher a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, que será formalizada em Termo Aditivo ao presente CONTRATO, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação dos serviços, em especial, pelas seguintes:
- 24.14.1. Alteração do prazo de CONCESSÃO;
 - 24.14.2. Revisão tarifária, no caso de incidência em todas as Áreas de Operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;
 - 24.14.3. Ressarcimento ou indenização à CONCESSIONÁRIA;
 - 24.14.4. Dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais;
 - 24.14.5. Assunção pelo PODER CONCEDENTE de custos atribuídos pelo CONTRATO à CONCESSIONÁRIA;
 - 24.14.6. Revisão dos valores de outorga ou ÔNUS VARIÁVEL;
 - 24.14.7. Exploração de receitas acessórias para além do prazo de vigência do CONTRATO, e/ou alteração nos padrões de compartilhamento das receitas acessórias;
 - 24.14.8. Combinação das modalidades anteriores, ou outras permitidas pela legislação, a critério do PODER CONCEDENTE.
- 24.15. Na escolha da medida destinada a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da CONCESSIONÁRIA, relativo aos contratos de financiamento celebrados por esta para a execução do objeto do CONTRATO.

- 24.16. Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais.
- 24.17. Caso a ARTESP considere que o evento que deu origem ao desequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO coloca em risco a continuidade ou a qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, a revisão contratual deverá ser realizada de forma imediata pelas partes, caracterizando Revisão Extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.
- 24.18. Não caberá, durante o prazo da CONCESSÃO, qualquer solicitação de reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO por conta de diferenças de quantidades ou alegação de desconhecimento dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS e dos serviços previstos neste CONTRATO, em especial aquelas decorrentes de fatores que possam ser identificados e solucionados pelas técnicas conhecidas à época da PROPOSTA.

CAPÍTULO IX - RECEITAS DE EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA 25 - COBRANÇA DE PASSAGEM

- 25.1. A CONCESSIONÁRIA tem o direito e o dever de cobrar PASSAGEM em contrapartida pelos serviços prestados, observadas as condições estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicável.
- 25.2. A remuneração dos serviços prestados dar-se-á por TARIFA fixada com observância dos seguintes princípios:
- I. A economicidade e a modicidade da TARIFA cobrada do usuário;
 - II. A justa remuneração do capital empregado;
 - III. A operação dos serviços de acordo com o estabelecido neste CONTRATO, no EDITAL e seus anexos e nos demais instrumentos de gestão e controle aplicados pela ARTESP;
 - IV. As despesas de supervisão, administração e fiscalização dos serviços serão cobertas mediante o pagamento do ÔNUS VARIÁVEL;
 - V. O equilíbrio econômico-financeiro para a prestação do serviço de transporte.

CLÁUSULA 26 - FONTES ACESSÓRIAS DE RECEITA

26.1. Além das TARIFAS pagas pelos usuários, a CONCESSIONÁRIA poderá ser remunerada por receitas acessórias, desde que:

- I. O desempenho de atividades diversas do objeto do presente CONTRATO não acarrete prejuízo à normal prestação do serviço público concedido;
- II. As fontes das receitas a que se refere este inciso sejam prévia e expressamente aprovadas pela ARTESP.

26.2. As receitas acessórias provenientes da prestação de serviços alternativos, complementares, acessórios ou projetos associados devem ser contabilizadas em separado.

26.3. Para todo e qualquer novo SERVIÇO COMPLEMENTAR que a CONCESSIONÁRIA deseje ver explorado, deverá previamente solicitar a anuência da ARTESP, apresentando e indicando, no mínimo:

- I. A fonte e os valores estimados da receita acessória, por ano ou pelo ato, quando este for individualizado;
- II. A ausência de qualquer conflito e/ou impacto negativos na CONCESSÃO, com a exploração da receita acessória;
- III. Os preços a serem praticados e os parâmetros de reajuste periódicos;
- IV. O compromisso de que eventuais alterações na exploração dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES serão comunicados e devidamente justificados à ARTESP.

26.4. É vedado à CONCESSIONÁRIA pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da variação das receitas acessórias.

26.5. O montante total das receitas acessórias auferidas pela CONCESSIONÁRIA será considerado para determinação da base de cálculo do ÔNUS VARIÁVEL.

CAPÍTULO X - GARANTIAS E SEGUROS

CLÁUSULA 27 – GARANTIAS

- 27.1. A CONCESSIONÁRIA prestará e manterá íntegra garantia de fiel execução deste CONTRATO, em favor do PODER CONCEDENTE e da ARTESP, por meio de *[indicar a modalidade de garantia escolhida pela PROPONENTE vencedora: caução em moeda corrente nacional, caução em títulos da Dívida Público do Tesouro Nacional, seguro-garantia ou fiança bancária]*.
- 27.1.1. A garantia prestada será de R\$ (...)(*neste campo será replicado o valor apontado no Anexo VIII “Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia do Contrato”*), *(na forma numérica e por extenso)*, que corresponde a 5% (cinco por cento) do investimento total, para a Área de Operação (...) (*neste campo será indicada a Área de Operação a que se refere o instrumento de contrato*), durante todo o período da CONCESSÃO.
- 27.1.2. A garantia de execução ofertada deverá ser incondicionada, observada a regulação do setor, e não poderá conter quaisquer ressalvas que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.
- 27.1.3. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção e suficiência da garantia de execução prestada neste CONTRATO, inclusive ficando responsável por arcar com todos os custos decorrentes de sua contratação.
- 27.1.4. O inadimplemento de quaisquer das obrigações decorrentes da CONCESSÃO ensejará a execução imediata da garantia prevista nesta Cláusula, desde que após prévia e formalmente notificada para satisfazer voluntariamente a obrigação inadimplida, a CONCESSIONÁRIA não a regularize no prazo de 15 (quinze) dias.
- 27.1.5. A ARTESP executará a garantia de fiel execução deste CONTRATO, parcial ou totalmente, para cobrança de quaisquer importâncias que lhe forem devidas, a qualquer título, pela CONCESSIONÁRIA, incluindo ressarcimento de custos e despesas incorridas face ao eventual inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA e execução para pagamento de multas.
- 27.1.6. A CONCESSIONÁRIA permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento do objeto deste CONTRATO, assim como pelas demais obrigações a ele

inerentes, incluindo pagamentos de multas, indenizações e demais penalidades eventualmente aplicadas, independentemente da execução total ou parcial da garantia de execução.

- 27.1.7. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP documento comprobatório de renovação e atualização da garantia de execução, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do término do prazo de vigência, sob pena de caducidade.
- 27.1.8. A perda da garantia de fiel execução deste CONTRATO dar-se-á de pleno direito, se vier a ocorrer a rescisão unilateral deste ajuste, em decorrência de inadimplemento de quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da cobrança das obrigações remanescentes.
- 27.1.9. A liberação ou restituição da garantia dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias após a extinção da CONCESSÃO, desde que não haja nenhum tipo de pendência ou obrigação da CONCESSIONÁRIA, de qualquer natureza, a ser satisfeita.
- 27.1.10. Sempre que a Garantia de Execução for executada, total ou parcialmente, a CONCESSIONÁRIA ficará obrigada à recomposição de seu valor integral, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados de notificação, sob pena de declaração de caducidade do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 28 - SEGUROS

- 28.1. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar os seguros exigidos neste CONTRATO e manter as respectivas apólices válidas durante todo o prazo de duração da CONCESSÃO, de forma a garantir efetivamente a cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à CONCESSÃO, em condições aceitáveis pela ARTESP.
- 28.2. Nenhum serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA comprove à ARTESP que as apólices dos seguros exigidos nos termos desta Cláusula se encontram em vigor e nas condições estabelecidas na Subcláusula 28.1.
- 28.2.1. Sem prejuízo do disposto na Subcláusula 28.2, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas e que os respectivos prêmios se encontram pagos. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o certificado dentro do

prazo estipulado, e em caso de parcelamento apresentar o comprovante das parcelas quitadas e posteriormente o envio da quitação das parcelas subsequentes.

- 28.3. O PODER CONCEDENTE e a ARTESP deverão ser indicados como cossegurados nas referidas apólices de seguros, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer das condições dos seguros ser previamente aprovado pela ARTESP. As apólices de seguro deverão conter, ainda, cláusula expressa de renúncia pela seguradora de eventual exercício de sub-rogação nos direitos que tenha ou venha a ter contra o PODER CONCEDENTE e/ou a ARTESP.
- 28.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquias ou redução de importâncias seguradas.
- 28.4. A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT), contratará e manterá em vigor, ao longo do prazo da CONCESSÃO, seguro de responsabilidade civil cobrindo a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE e a ARTESP pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros em relação à mora ou lesão de pessoas e danos a bens resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO.
- 28.5. Os limites de cobertura do seguro de responsabilidade civil não deverão ser inferiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais), por veículo e por evento.
- 28.5.1. O valor indicado na Subcláusula 28.5 é referente à data da assinatura deste CONTRATO, e o mesmo será reajustado pela mesma fórmula e na mesma data em que o reajustamento for efetivamente aplicado à TARIFA.
- 28.6. Qualquer indenização devida em decorrência de sinistros cobertos pelo seguro previsto nesta Cláusula deverá ser objeto de comunicação à ARTESP com 15 (quinze) dias de antecedência ao pagamento, condição esta que sempre deverá constar explicitamente da apólice correspondente.

28.6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá registrar na comunicação referida na Subcláusula 28.6 o montante devido, bem como as causas que deram origem à indenização e a data de ocorrência.

CAPÍTULO XI - FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 29 - FISCALIZAÇÃO

- 29.1. O poder de fiscalização do cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA será exercido diretamente pela CONTRATANTE.
- 29.2. A CONCESSIONÁRIA facultará à CONTRATANTE livre acesso a todos os bens vinculados à CONCESSÃO, a todos os livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como a livros, registros e documentos relacionados com as atividades abrangidas pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e operacionais, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, todos os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.
- 29.2.1. As informações de que trata esta Subcláusula deverão estar disponíveis em meio eletrônico e a CONCESSIONÁRIA facultará à CONTRATANTE acesso irrestrito aos mesmos.
- 29.3. As determinações que a CONTRATANTE vier a fazer, no âmbito de seu poder de fiscalização, deverão ser imediatamente acatadas pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de apresentar o recurso cabível, nos termos da legislação aplicável.
- 29.4. Eventuais desvios entre o andamento dos serviços e o cronograma em vigor deverão ser objeto de explicações detalhadas e, tratando-se de atrasos, de apresentação das medidas que estão sendo tomadas para superá-los.
- 29.5. A posterior regularização das faltas apontadas na fiscalização não afasta o descumprimento havido e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade.
- 29.6. A CONCESSIONÁRIA anui com a utilização, pela ARTESP, de todas as informações compartilhadas e coletadas, no âmbito das atividades de fiscalização desempenhadas pela ARTESP, para finalidade de pesquisa, desenvolvimento e transparência, além de utilização para melhoria nas atividades de regulação e fiscalização desempenhadas pela ARTESP e pelo PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 30 - NÃO ACATAMENTO DE DETERMINAÇÕES

30.1. Se a CONCESSIONÁRIA não acatar as determinações da CONTRATANTE, dentro de seu poder de fiscalização, essa terá o direito de tomar, diretamente ou através de terceiros, as providências necessárias para corrigir a situação, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA todos os custos incorridos e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

30.1.1. A CONTRATANTE poderá utilizar-se das garantias para cobertura dos custos incorridos por força da aplicação do disposto nesta Cláusula, sem prejuízo do direito da CONCESSIONÁRIA de apresentar o recurso cabível nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO XII - RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

CLÁUSULA 31 - RESPONSABILIDADE GERAL

31.1. A CONCESSIONÁRIA responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO, não sendo assumida pela CONTRATANTE, em decorrência da fiscalização ou de qualquer outra atuação, qualquer espécie de responsabilidade dessa natureza.

CLÁUSULA 32 - CONTRATOS COM TERCEIROS

32.1. É permitida a contratação de terceiros, por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, nos termos admitidos legalmente, desde que isso não implique transferência da prestação do serviço público concedido, oneração de seu custo ou detrimento de sua qualidade.

32.1.1. A operação do transporte intermunicipal de passageiros não poderá ser feita por terceiros.

32.1.2. Os contratos que vierem a ser firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, realtivamente ao desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO, seguirão o regime de direito privado, não tendo os seus contratados qualquer relação com a CONTRATANTE ou com o PODER CONCEDENTE.

- 32.1.3. Ainda que a CONTRATANTE tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela CONCESSIONÁRIA com terceiro, por força do estabelecido neste EDITAL ou no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar da CONTRATANTE ou do PODER CONCEDENTE qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.
- 32.2. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável por todos e quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações tributária, trabalhista e previdenciária, além de quaisquer outros que decorrerem do desenvolvimento de suas atividades.
- 32.3. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelo pagamento de todas e quaisquer despesas necessárias à operação dos serviços, tais como, combustível, luz, telefone, gás, licenciamento e registro de veículos, penalidades e medidas administrativas impostas em decorrência de infrações à legislação de trânsito, entre outras.

CAPÍTULO XIII – INTERVENÇÃO

CLÁUSULA 33 - INTERVENÇÃO

- 33.1. Em caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações decorrentes deste CONTRATO, para assegurar a adequação e continuidade na prestação de serviços concedidos e/ou o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, a CONTRATANTE proporá ao PODER CONCEDENTE a decretação de intervenção para assumir a execução dos serviços pertinentes à CONCESSÃO.
- 33.2. Dentre as situações que podem ensejar a intervenção, incluem-se as seguintes:
- I. Cessação ou interrupção, total ou parcial, dos serviços objeto deste CONTRATO por período prolongado, assim entendido aquele que supere 30 (trinta) dias, por culpa comprovadamente exclusiva da CONCESSIONÁRIA;
 - II. Deficiências graves na organização da CONCESSIONÁRIA ou no normal desenvolvimento das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;

- III. Situações que ponham em risco a saúde e a segurança dos usuários, de pessoas e de bens;
 - IV. Não atendimento dos níveis de serviços exigidos, conforme descrito nos Anexos IV – Índices de Desempenho do Serviço e XI – Penalidades;
 - V. Graves ou reiterados descumprimentos das obrigações deste CONTRATO;
 - VI. Não apresentação ou renovação das apólices de seguro necessárias ao pleno e regular desenvolvimento contratual;
 - VII. Utilização da CONCESSÃO para fins ilícitos.
- 33.3. Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a decretação de intervenção da CONCESSÃO, a CONTRATANTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades incidentes.
- 33.3.1. Decorrido o prazo fixado sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério da CONTRATANTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, esta proporá ao PODER CONCEDENTE a decretação da intervenção.
- 33.3.2. A intervenção da Concessão far-se-á por ato motivado do Governador do Estado de São Paulo, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, indicando, no mínimo, os motivos da intervenção, a designação do interventor, o prazo e os limites da intervenção.
- 33.4. Decretada a intervenção na CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE assumirá, temporariamente, diretamente ou através de interventor nomeado no decreto de intervenção, a prestação do SERVIÇO, a posse dos bens da CONCESSIONÁRIA, bem como contratos, direitos e obrigações relacionadas com o SERVIÇO, ou necessários à sua prestação.
- 33.5. Decretada a intervenção, a CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo, que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias-para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à CONCESSIONÁRIA amplo direito de defesa.

- 33.6. Cessada a intervenção, o PODER CONCEDENTE deverá reconduzir a CONCESSIONÁRIA à prestação do SERVIÇO, retornando-lhe a posse dos bens públicos e o exercício da posição contratual, direitos e obrigações inerentes a tal prestação, exceto se decretada a caducidade da CONCESSÃO.
- 33.7. A cessação da intervenção deverá ser precedida de prestação de contas pelo PODER CONCEDENTE, diretamente ou na pessoa de interventor nomeado para esse fim, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão. O PODER CONCEDENTE indenizará a CONCESSIONÁRIA por eventuais danos diretos que tenha causado durante o período da intervenção.
- 33.8. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a disponibilizar instalações adequadas, meios operacionais e tudo o que demais for necessário à plena prestação dos serviços objeto do CONTRATO para a CONTRATANTE imediatamente após a decretação da intervenção.
- 33.8.1. As receitas realizadas durante o período da intervenção serão utilizadas para cobertura dos encargos resultantes do desenvolvimento das atividades correspondentes aos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, necessárias para restabelecer o normal funcionamento do SISTEMA DE TRANSPORTE, pagamento dos encargos com seguros e garantias, dos encargos decorrentes de financiamento e ressarcimento dos custos de administração.
- 33.8.2. No período de intervenção, a CONCESSIONÁRIA não fará jus à arrecadação da RECEITA TARIFÁRIA.
- 33.8.3. Finda a intervenção, o eventual saldo remanescente decorrente da exploração da CONCESSÃO será entregue à CONCESSIONÁRIA, salvo se esta for extinta, situação em que se aplicarão as disposições específicas.
- 33.8.4. Durante o período de intervenção, se, eventualmente, as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas pertinentes ao desenvolvimento da CONCESSÃO, a CONTRATANTE poderá recorrer às garantias estipuladas na Subcláusula 27.1 para suportá-las integralmente.
- 33.8.5. Caso a garantia não seja suficiente, a CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir o PODER CONCEDENTE ou a ARTESP nos prazos fixados.

33.8.6. A intervenção não é causa de cessação ou suspensão de qualquer obrigação da CONCESSIONÁRIA perante terceiros, inclusive financiadores e garantidores, de modo que será facultado ao PODER CONCEDENTE abdicar da intervenção em favor da assunção de controle da CONCESSÃO por financiador ou garantidor, nos termos deste CONTRATO.

CAPÍTULO XIV - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 34 - CASOS DE EXTINÇÃO

34.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

- I. Advento do termo contratual;
- II. Encampação;
- III. Caducidade;
- IV. Rescisão;
- V. Anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga;
- VI. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, ou recuperação judicial que impeça a execução do CONTRATO;
- VII. Caso fortuito e força maior.

34.2. Extinta a CONCESSÃO, haverá a assunção imediata dos serviços pelo PODER CONCEDENTE, nos termos previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA 35 - ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

35.1. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o termo do prazo de sua duração, de conformidade com a CLÁUSULA 7.^a – PRAZO DA CONCESSÃO, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO e obrigações pós-contratuais atribuídas à CONCESSIONÁRIA.

35.2. Verificando-se o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte, relativos à operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

DE PASSAGEIROS, com exceção do previsto na Subcláusula 9.11 deste CONTRATO.

35.2.1. A CONTRATANTE não assumirá qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA.

35.3. Com o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos em BENS REVERSÍVEIS previstos na Subcláusula 9.5, com exceção do contido na Subcláusula 9.14 deste CONTRATO.

CLÁUSULA 36 - ENCAMPAÇÃO

36.1. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, encampar a CONCESSÃO, desde que previamente autorizado pelo PODER CONCEDENTE, mediante lei específica que especifique os motivos de interesse público que justifiquem tal medida, e notifique a CONCESSIONÁRIA com a antecedência que o PODER CONCEDENTE determinar, a qual, em qualquer caso não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

36.2. Em caso de encampação, a CONCESSIONÁRIA terá direito a uma indenização paga previamente, nos termos dos artigos 36 e 37 da Lei Federal nº 8.987/1995.

36.3. A indenização prevista deverá cobrir:

36.3.1. As parcelas dos investimentos realizados e vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;

36.3.2. A desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamento por ela contraídos para o cumprimento do CONTRATO, mediante, conforme o caso: (i) assunção, pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiros, por subrogação, perante os financiadores credores, das obrigações contratuais remanescentes da CONCESSIONÁRIA ou (ii) prévia indenização à CONCESSIONÁRIA, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante financiadores credores;

36.3.3. Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, em decorrência do rompimento dos vínculos contratuais.

36.4. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, no caso de encampação, poderá ser paga pelo PODER CONCEDENTE diretamente aos financiadores da

CONCESSIONÁRIA, se aplicável, devendo tal valor ser descontado do montante da indenização devida.

- 36.5. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista para o caso de encampação.
- 36.6. Na apuração da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE deverá considerar a parcela dos investimentos não amortizados cujo financiamento ainda não estiver quitado perante os financiadores. Os valores referentes aos investimentos cujo financiamento ainda não estiver quitado perante os financiadores serão pagos proporcionalmente, à CONCESSIONÁRIA e aos financiadores, de modo a evitar enriquecimento indevido de qualquer das partes.

CLÁUSULA 37 - CADUCIDADE

- 37.1. Poderá ser declarada a caducidade da CONCESSÃO quando houver, por parte da CONCESSIONÁRIA, a inexecução total ou parcial das suas obrigações contratuais, especialmente quando:
- I. Os serviços não estiverem sendo executados de forma adequada ou eficiente, com observância das normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade e dos níveis de serviços exigidos neste CONTRATO e seus anexos e nos demais instrumentos de gestão e controle aplicados pela ARTESP;
 - II. A CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO que comprometam a continuidade dos serviços ou a segurança dos usuários, empregados ou terceiros;
 - III. Ocorrer desvio da CONCESSIONÁRIA de seu objeto social;
 - IV. Houver alteração no capital social da CONCESSIONÁRIA, ou oneração de suas ações, quotas ou quando em consórcio, de participação, que implique a alteração no poder de decisão (controle) da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia e expressa aprovação da CONTRATANTE;
 - V. A CONCESSIONÁRIA paralisar os serviços ou contribuir para tanto, ressalvados os casos de força maior;

- VI. Ocorrer a cobrança de PASSAGEM em valores diferentes dos fixados neste CONTRATO e seus anexos, exceto quando se tratar de descontos devidamente autorizados;
- VII. Ocorrer reiterada oposição ao exercício da fiscalização, não acatamento das determinações da CONTRATANTE ou reincidente desobediência às normas de operação e as demais penalidades previstas neste CONTRATO e nos seus anexos se mostrarem ineficazes;
- VIII. A CONCESSIONÁRIA perder as condições econômico-financeiras, técnicas ou operacionais para manter os níveis de serviço adequados, em especial, o patrimônio líquido exigido para fins de habilitação na licitação;
- IX. A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos prazos estabelecidos;
- X. A CONCESSIONÁRIA não atender à determinação da CONTRATANTE para atender os níveis de serviços e/ou regularizar a prestação dos serviços concedidos;
- XI. A CONCESSIONÁRIA tiver os serviços avaliados como nível C e/ou nível D, de acordo com o estabelecido nos Anexos IV – Índices de Desempenho do Serviço e XI – Penalidades;
- XII. A CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação tributária, incluindo contribuições sociais;
- XIII. A CONCESSIONÁRIA não mantiver íntegra a garantia de fiel execução deste CONTRATO, ou não complementá-la até o valor estabelecido, em tempo hábil, caso seja utilizada, por qualquer motivo, nos moldes da Subcláusula 27.1;
- XIV. A CONCESSIONÁRIA não apresentar, em tempo hábil, novo seguro-garantia caso o seu seja cancelado por qualquer motivo ou tenha a vigência esgotada;
- XV. O valor das multas aplicadas superar o valor da garantia de execução do CONTRATO;
- XVI. A CONCESSIONÁRIA transferir a CONCESSÃO sem prévia e expressa aprovação da CONTRATANTE.

- 37.2. A CONTRATANTE, ocorrendo qualquer dos fatos acima relacionados, notificará a CONCESSIONÁRIA para corrigir falhas e transgressões apontadas em prazo não superior a 90 (noventa) dias.
- 37.3. Se a CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for fixado pela CONTRATANTE, não corrigir as falhas e transgressões apontadas, este instaurará o competente processo administrativo para configurar a inadimplência da CONCESSIONÁRIA.
- 37.4. Comprovada a inadimplência, no processo administrativo, a CONTRATANTE proporá ao PODER CONCEDENTE a declaração, por decreto, da caducidade da CONCESSÃO, independentemente de qualquer pagamento de prévia indenização, que tenha sido apurada no processo administrativo, já descontado o valor das multas e dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA, pelos quais responderão as garantias estipuladas na Subcláusula 27.1.
- 37.5. A decretação da caducidade implicará a imissão imediata, pelo PODER CONCEDENTE, na posse de todos os bens e na responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por toda e qualquer espécie de ônus, multas, penalidades, indenizações encargos ou compromissos com terceiros, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.
- 37.6. A caducidade da CONCESSÃO acarretará para a CONCESSIONÁRIA a retenção de seus eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, cabendo ao PODER CONCEDENTE:
- 37.6.1. Assumir a execução do objeto do CONTRATO, no local e no estado em que se encontrar;
- 37.6.2. Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução do serviço, necessários a sua continuidade;
- 37.6.3. Reter e executar a garantia contratual, para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo PODER CONCEDENTE;
- 37.6.4. Aplicar penalidades.
- 37.7. Declarada a caducidade não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de ônus ou responsabilidade em relação aos encargos, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA, inclusive débitos trabalhistas e previdenciários.

- 37.8. Declarada a caducidade da concessão, poderá ser devida indenização à CONCESSIONÁRIA, das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor (i) das multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas; (ii) dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, CONTRATANTE e à sociedade; e (iii) quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejam a declaração de caducidade.
- 37.9. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta, conforme o caso.
- 37.10. A aplicação da penalidade não exime a CONCESSIONÁRIA do pagamento de indenização dos prejuízos que esta tenha causado ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, ainda que seus efeitos repercutam após a extinção da CONCESSÃO.

CLÁUSULA 38 - RESCISÃO

- 38.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pela CONTRATANTE ou pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim.
- 38.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá notificar a ARTESP de sua intenção de rescindir o CONTRATO, no caso de descumprimento das normas contratuais pela ARTESP ou pelo PODER CONCEDENTE, expondo os motivos pelos quais pretende ajuizar ação para esse fim, nos termos previstos na legislação.
- 38.1.2. Os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados até que a decisão judicial, decretando a rescisão do CONTRATO, transite em julgado.
- 38.2. No caso de rescisão do CONTRATO, a indenização devida à CONCESSIONÁRIA será equivalente àquela exigível na hipótese de encampação, e será calculada da mesma forma, nos termos da CLÁUSULA 36 - ENCAMPAÇÃO.

- 38.3. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, serão descontados da indenização prevista para o caso de rescisão do CONTRATO.
- 38.4. Para fins de cálculo da indenização indicada na Subcláusula 38.2, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

CLÁUSULA 39 – ANULAÇÃO

- 39.1. O CONTRATO poderá ser anulado em caso de ilegalidade no processo licitatório, em sua formalização ou em cláusula essencial que comprometa a prestação de serviço, por meio do devido procedimento administrativo, iniciado a partir da notificação enviada pela ARTESP à CONCESSIONÁRIA, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 39.1.1. Se a ilegalidade mencionada na Subcláusula 39.1 acima não decorrer de ato praticado pela CONCESSIONÁRIA e for possível o aproveitamento dos atos realizados, a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP deverão se comunicar, objetivando a manutenção do CONTRATO.
- 39.2. Na hipótese de anulação do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA será indenizada com o ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados, desde que não tenha concorrido para o vício que motivou a anulação, sendo vedado o pagamento de lucros cessantes.
- 39.3. As multas e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA serão descontados da indenização prevista neste CONTRATO, até o limite do saldo vencido pelos financiamentos contraídos pela CONCESSIONÁRIA para cumprir as obrigações de investimento previstas no presente CONTRATO, os quais terão preferência aos valores devidos ao PODER CONCEDENTE.
- 39.4. Para fins de cálculo da indenização indicada na Subcláusula 39.2, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a anulação do CONTRATO.
- 39.5. O PODER CONCEDENTE, por intermédio da ARTESP, poderá promover nova licitação das obras e serviços concedidos, atribuindo ao futuro vencedor o ônus de

pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta, conforme o caso.

CLÁUSULA 40 – DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

- 40.1. A CONCESSÃO será extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha sua falência decretada, por sentença transitada em julgado, ou no caso de recuperação judicial que prejudique a execução deste CONTRATO.
- 40.2. Decretada a falência, o PODER CONCEDENTE imitir-se-á na posse de todos os bens afetos à CONCESSÃO e assumirá imediatamente a execução do objeto do presente CONTRATO.
- 40.3. Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONCESSIONÁRIA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO, com instauração do devido processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis.
- 40.4. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da CONCESSIONÁRIA extinta, entre seus acionistas, antes do pagamento de todas as obrigações com o PODER CONCEDENTE e com a ARTESP, bem como sem a emissão de termo definitivo de devolução pela ARTESP.
- 40.5. No caso de CONCESSIONÁRIA organizada sob a forma de consórcio, sobrevindo decisão judicial declarando a falência de alguma das consorciadas, ou recuperação judicial de alguma das consorciadas que prejudique a execução deste CONTRATO, deverá a consorciada líder (ou, no caso de falência desta, a consorciada que detiver maior participação no CONSÓRCIO) submeter à ARTESP, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da decisão, Plano de Assunção dos Serviços operados pela consorciada falida, por outra(s) consorciada(s), devendo restar demonstrado, de modo inequívoco, a capacidade operacional da(s) consorciada(s) substituta(s), para atendimento à demanda antes atendida pela consorciada falida.

CLÁUSULA 41 – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

- 41.1. Considera-se caso fortuito ou força maior, com as consequências estabelecidas neste CONTRATO, o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO.

- 41.2. O descumprimento de obrigações contratuais comprovadamente decorrentes de caso fortuito ou de força maior, nos termos deste CONTRATO e anexos, não será passível de penalização.
- 41.3. A parte que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar a outra parte da ocorrência do evento, em até 48 horas.
- 41.4. Um evento caracterizado como caso fortuito ou de força maior não será considerado, para os efeitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO se, ao tempo de sua ocorrência, corresponder a um risco segurável no Brasil, até o limite da média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas do ramo, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado.
- 41.5. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, cujas consequências não forem seguráveis no Brasil, as PARTES acordarão se haverá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou a extinção da CONCESSÃO.
- 41.6. Salvo se a ARTESP der outras instruções por escrito, a CONCESSIONÁRIA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do CONTRATO, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito, cabendo à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE da mesma forma cumprir as suas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito.
- 41.7. Na hipótese de comprovada ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que tenha havido a extinção da CONCESSÃO, serão suspensas as exigências de medição dos indicadores e/ou índices de desempenho relacionáveis à ocorrência, até a normalização da situação e cessação de seus efeitos.
- 41.8. As PARTES se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.
- 41.8.1. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO por advento do termo contratual.

CAPÍTULO XV - SANÇÕES E PENALIDADES

CLÁUSULA 42 – SANÇÕES E PENALIDADES

- 42.1. O não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices de desempenho e parâmetros fixados pela CONTRATANTE para a execução dos serviços importarão na aplicação das multas especificadas no Anexo XI – Penalidades.
- 42.1.1. A aplicação da multa a que alude esta Cláusula não impede que a CONTRATANTE declare a caducidade do CONTRATO ou aplique outras sanções previstas no CONTRATO ou na legislação pertinente.
- 42.2. As multas previstas na subcláusula 42.1 deste CONTRATO, respeitados os limites estabelecidos, serão aplicadas pela CONTRATANTE segundo a gravidade da infração cometida.
- 42.3. Caso a CONCESSIONÁRIA não proceda ao pagamento da multa imposta no prazo estabelecido, a CONTRATANTE utilizará as garantias prestadas nos termos deste CONTRATO.
- 42.4. A multa deverá ser paga na sede da Secretaria da Fazenda, situada na Avenida Rangel Pestana nº 300, São Paulo, SP.
- 42.5. No caso de fiança bancária ou seguro-garantia, a CONTRATANTE manterá o promitente informado sobre as penalidades eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA.
- 42.6. Os valores das multas decorrentes das infrações operacionais serão reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à TARIFA, até a data do efetivo pagamento.
- 42.7. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão ao PODER CONCEDENTE.
- 42.8. As penalidades e sanções previstas no REGULAMENTO COMPLEMENTAR DOS SERVIÇOS seguirão rito próprio.

CAPÍTULO XVI - PREÇO DOS SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO

CLÁUSULA 43 – PREÇO DOS SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

43.1. A CONCESSIONÁRIA pagará à CONTRATANTE pela delegação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS o preço seguinte:

- I. O Valor da Outorga de R\$(por extenso) [preencher com o valor ofertado pela outorga dos serviços], a título de exploração da Outorga dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, pago ao PODER CONCEDENTE, conforme o Item 9.2 do EDITAL.
- II. Valor correspondente ao ÔNUS VARIÁVEL – OV, resultante da aplicação de alíquota de 2% (dois por cento) sobre a receita bruta total (a soma das receitas tarifárias básica e acessória) auferida pela Concessionária, a ser recolhido mensalmente à ARTESP. Nos casos em que há desconto tarifário, o ÔNUS VARIÁVEL incidirá sobre a tarifa praticada. Durante todo o período de vigência deste CONTRATO, o valor correspondente ao ÔNUS VARIÁVEL – OV deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA até o 15º dia do mês subsequente e pago até o último dia útil deste mês.

CAPÍTULO XVII – USUÁRIOS

CLÁUSULA 44 – DIREITOS DOS USUÁRIOS

44.1. Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável são direitos e obrigações dos usuários dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS:

- I. Receber SERVIÇO ADEQUADO como contrapartida do pagamento de PASSAGEM, ressalvadas as isenções aplicáveis;
- II. Receber da CONTRATANTE e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos e para o uso correto dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;
- III. Dar conhecimento à CONTRATANTE e à CONCESSIONÁRIA de irregularidades de que tenham tomado conhecimento, referentes à execução dos SERVIÇOS DELEGADOS;

- IV. Contribuir para que os SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS permaneçam em boas condições;
- V. Ter garantido o seu lugar no ônibus, nas condições fixadas no bilhete de PASSAGEM e nas normas de organização dos serviços;
- VI. Receber informações sobre as características do serviço, tais como tempo de viagem, paradas, localidades atendidas, destino final e outras de seu interesse;
- VII. Estar garantido pelos seguros previstos neste CONTRATO;
- VIII. Ter garantido o transporte de bagagens conforme estabelecido em regulamento;
- IX. Ser auxiliado no embarque e desembarque pelos prepostos da CONCESSIONÁRIA, especialmente quando portador de necessidades especiais;
- X. Receber resposta formal de reclamações feitas junto à CONCESSIONÁRIA, no prazo estabelecido pela ARTESP, devendo ser-lhe fornecido, quando do encaminhamento da reclamação, um número de ordem que possibilite o acompanhamento do procedimento;
- XI. Recorrer aos agentes de fiscalização da ARTESP para a obtenção de informações, apresentação de sugestões e reclamações quanto aos serviços, ante a omissão da CONCESSIONÁRIA;
- XII. Prosseguir viagem, no caso de sua interrupção, em veículo de características similares ou superiores às daquele em que iniciou a viagem;
- XIII. Em caso de interrupção da viagem e de prosseguimento em veículo de características inferiores às daquele inicialmente utilizado, ser reembolsado da diferença do valor pago pela passagem;
- XIV. Receber, em caso de acidente, imediata e adequada assistência por parte da CONCESSIONÁRIA;
- XV. Levar ao conhecimento da ARTESP as irregularidades referentes ao serviço delegado, por meio de sua Ouvidoria;

- XVI. Poder transportar, sem pagamento, crianças de até cinco anos, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao transporte de menores;
- XVII. Estar garantido pelos seguros previstos no CONTRATO;
- XVIII. Ter informações, em locais de fácil acesso, especialmente nos veículos e locais de venda de passagem, sobre os mecanismos de comunicação com a CONCESSIONÁRIA e/ou com a ARTESP, através da divulgação dos números de linhas telefônicas, dos sítios na rede mundial de computadores (Internet) e de outros disponíveis.

CAPÍTULO XVIII - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA 45 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

45.1. A CONTRATANTE, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, obriga-se, de modo geral, a:

- I. Transferir à CONCESSIONÁRIA o controle do SERVIÇO DELEGADO nos termos deste CONTRATO, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, nas condições estabelecidas neste CONTRATO e em seus anexos;
- II. Decidir sobre os termos aditivos, projetos, planos, programas e outros instrumentos correlatos referentes à execução dos serviços concedidos;
- III. Promover estudos técnicos com vista ao aperfeiçoamento dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;
- IV. Fiscalizar a execução dos serviços objeto da CONCESSÃO, zelando pela sua boa qualidade, pela prestação de SERVIÇO ADEQUADO e pela modicidade da TARIFA para os usuários;
- V. Manter a prestação dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, sob sua conta e risco, durante todo o prazo da concessão, conforme a necessidade, em condições adequadas;
- VI. Receber e apurar queixas e reclamações dos usuários e cidadãos;
- VII. Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;

- VIII. Autorizar reajustes periódicos do valor da TARIFA, de acordo com os critérios e prazos estabelecidos neste CONTRATO e seus anexos;
 - IX. Realizar auditorias periódicas, nas contas e registros da CONCESSIONÁRIA, de modo a prevenir passivos insubsistentes que possam comprometer a prestação do serviço;
 - X. Decidir sobre a homologação dos acordos operacionais celebrados entre CONCESSIONÁRIAS dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS com vistas a favorecer a comodidade dos usuários, a otimizar a prestação do serviço e incentivar a integração do SISTEMA DE TRANSPORTE;
 - XI. Arbitrar conflitos entre CONCESSIONÁRIAS decorrentes da operação de LIGAÇÕES interáreas;
 - XII. Editar normas e executar atos de regulação, controle e fiscalização da prestação dos SERVIÇOS DELEGADOS;
 - XIII. Coibir a prática de concorrência predatória;
 - XIV. Estimular o uso do transporte coletivo intermunicipal.
- 45.2. O PODER CONCEDENTE e a ARTESP não se responsabilizarão por passivos, insubsistência de ativos relacionados às atividades desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA e/ou aos bens vinculados à CONCESSÃO e/ou contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros.
- 45.3. No cumprimento de suas atribuições, a ARTESP deverá coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos, não permitidos ou não autorizados, bem como fiscalizar e assegurar o cumprimento de suas determinações e das normas contratuais e legais que disciplinam os serviços públicos de transporte.

CLÁUSULA 46 – OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

- 46.1. A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, obriga-se, de modo geral, a:
- I. Prestar serviços adequados na forma da lei, dos regulamentos pertinentes, das normas técnicas aplicáveis e deste CONTRATO e seus anexos;

- II. Administrar, operar e manter os SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS de modo a garantir o atendimento das diretrizes e dos objetivos gerais da CONCESSÃO, os padrões de qualidade, a preservação dos bens vinculados à CONCESSÃO e a prestação dos serviços em níveis eficientes de custo;
- III. Elaborar todos os estudos e projetos necessários ao cumprimento do objeto deste CONTRATO, observadas as disposições deste CONTRATO e dos anexos;
- IV. Fornecer ligações a todos os municípios de sua Área de Operação, de acordo com o EDITAL, REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, este CONTRATO e seus anexos;
- V. Contratar pessoal gabaritado para o exercício das funções necessárias ao cumprimento deste CONTRATO, zelando por suas atualizações profissionais;
- VI. Realizar adequada manutenção dos veículos, infraestruturas de apoio, instalações e equipamentos vinculados, direta ou indiretamente, à prestação do serviço, e de todos os demais bens que forem necessários, de qualquer forma, à referida prestação, conforme estabelecido neste CONTRATO e seus anexos;
- VII. Apresentar, para aprovação da ARTESP, alterações e complementações ao PLANO DE OPERAÇÃO FUTURO, de acordo com os critérios básicos definidos pelo EDITAL, no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, por este CONTRATO e seus anexos;
- VIII. Cumprir o quadro de horários em conformidade com os planos operacionais das ligações e regulamentação da ARTESP;
- IX. Captar, gerir e aplicar os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- X. Recolher os tributos incidentes sobre suas atividades, bem como cumprir a legislação tributária como um todo, incluindo as obrigações acessórias, buscando meios eficientes de cumpri-la, conforme os mecanismos disponíveis na legislação;

- XI. Apresentar à ARTESP, em no máximo 5 (cinco) dias após a contratação, todo e qualquer instrumento de financiamento, seguros, emissão de títulos ou valores mobiliários, ou qualquer outra operação de dívida de qualquer natureza contraída pela CONCESSIONÁRIA, observando a necessidade de prévia anuência da ARTESP nos casos especificados neste CONTRATO e nos anexos;
- XII. Manter em perfeitas condições de uso e de segurança os bens vinculados à prestação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;
- XIII. Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução do objeto do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e terceiros por todos e quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATO pela ARTESP;
- XIV. Ressarcir ou indenizar e manter o PODER CONCEDENTE e a ARTESP indenizados em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude, dentre outros:
1. De desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie, acrescido de juros e encargos legais, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a USUÁRIOS e órgãos de controle e fiscalização;
 2. De ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, enquanto prestadora de serviços públicos, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada;

3. De questões de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionados aos empregados da CONCESSIONÁRIA e de terceiros contratados;
4. De danos ambientais causados pela CONCESSIONÁRIA na Implantação e na execução dos SERVIÇOS DELEGADOS e das atividades geradoras de fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias e de projetos associados;
5. De despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais venha a arcar em função das ocorrências descritas neste item;
- XV. Prestar contas da execução dos serviços à ARTESP, através da elaboração e da divulgação de relatórios periódicos, na forma, periodicidade e abrangência determinadas pela ARTESP;
- XVI. Apresentar relatórios financeiros, contábeis e operacionais na forma, periodicidade e abrangência determinadas pela ARTESP;
- XVII. Informar a ARTESP quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-la em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como emvidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- XVIII. Gerir e fiscalizar os SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- XIX. Submeter veículos, equipamentos e garagens à vistoria da ARTESP ou a seus agentes delegados, periodicamente e sempre que solicitado pela ARTESP;
- XX. Atender prontamente aos pedidos de informações e de esclarecimentos requisitados pela ARTESP ou demais autoridades, salvo em caso de situações excepcionais, devidamente justificadas à ARTESP e/ou às autoridades solicitantes;
- XXI. Reportar por escrito à ARTESP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verifiquem em

decorrência dos SERVIÇOS DELEGADOS, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata;

- XXII. Implantar um único Sistema de Telefonia 0800 para toda Área de Operação em até 30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato e ,em até 60 (sessenta) dias, os demais canais de atendimento do sistema de relacionamento com os usuários previstos normas legais e infra-legais vigentes, bem como normas regulamentares da ARTESP;
- XXIII. Implantar uma Ouvidoria para toda Área de Operação em até 30 (trinta) da data de assinatura do contrato em atendimento à Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999, e demais normas legais e infra-legais vigentes, bem como normas regulamentares da ARTESP;
- XXIV. Exibir, em locais de fácil acesso, especialmente nos veículos e locais de venda de passagens, os mecanismos de encaminhamento de manifestações à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, divulgando aos usuários, os números de linhas telefônicas e sítios na rede mundial de computadores (Internet);
- XXV. Manter em plena operação e dentro dos padrões estabelecidos, a Ouvidoria e os Canais dos Sistemas de Relacionamento com os usuários, previstos nas normas legais e infralegais vigentes, bem como em normas regulamentares a serem editadas pela ARTESP;
- XXVI. Cobrar PASSAGEM dos usuários como contrapartida pelos serviços prestados, observada as condições estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicável;
- XXVII. Zelar pelos bens vinculados à CONCESSÃO orientando os usuários para a sua adequada utilização;
- XXVIII. Manter atualizados o inventário e o registro dos bens vinculados à CONCESSÃO, zelando pela sua integridade e segurando-os adequadamente;
- XXIX. Manter contabilidade individualizada, específica e exclusiva relativa às atividades desenvolvidas quanto ao objeto da CONCESSÃO, de acordo com as normas e disposições da ARTESP;

- XXX. Permitir o livre acesso aos agentes encarregados da fiscalização, em qualquer época, aos veículos, equipamentos e às instalações vinculadas às atividades desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA, bem como aos seus registros contábeis;
- XXXI. Manter, durante o prazo da CONCESSÃO, todas as condições de habilitação, condições para assinatura do CONTRATO e demais determinações exigidas na LICITAÇÃO;
- XXXII. Tomar todas as providências e obter as licenças, autorizações ou permissões necessárias junto às autoridades municipais, estaduais ou federais porventura envolvidas na prestação dos serviços e realização dos investimentos devidos, inclusive as licenças relacionadas à legislação ambiental e respectivas condicionantes, programas ambientais e medidas mitigadoras;
- XXXIII. Executar, às suas expensas, as condicionantes, programas ambientais e medidas mitigadoras;
- XXXIV. Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada na prestação do serviço, bem como pelos de seguro de acidente de trabalho, mantendo o PODER CONCEDENTE e a ARTESP isentos de qualquer responsabilização com que não lhes cumpra arcar;
- XXXV. Dar ciência a todas as empresas contratadas para a prestação de serviços relacionadas com o objeto da CONCESSÃO, das disposições deste CONTRATO, das normas aplicáveis ao desenvolvimento das atividades para as quais foram contratadas e das disposições referentes aos direitos dos usuários, ao pessoal contratado e à proteção ambiental e assegurar e responsabilizar-se, perante o PODER CONCEDENTE e a ARTESP, por todas as atividades realizadas pelas empresas contratadas;
- XXXVI. Publicar, anualmente, suas Demonstrações Financeiras e Relatórios, na forma da legislação vigente e das normas da ARTESP sobre o assunto;

- XXXVII. Cumprir as determinações que a ARTESP expedir, no exercício de suas competências legais e regulamentares;
- XXXVIII. Colaborar com a ARTESP na repressão à prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos, não permitidos ou não autorizados;
- XXXIX. Contratar os seguros exigidos neste CONTRATO e manter as respectivas apólices válidas durante todo o prazo de duração da CONCESSÃO, de forma a garantir efetivamente a cobertura dos riscos inerentes à execução dos serviços concedidos;
- XL. Colaborar, na forma da regulamentação específica, para a elaboração de acordos operacionais com outras CONCESSIONÁRIAS de SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS com vistas a favorecer a comodidade dos usuários, otimizar a prestação do serviço e incentivar a integração do SISTEMA DE TRANSPORTE;
- XLI. Disponibilizar meios para a guarda, transporte de valores e entrega a quem de direito, dos valores auferidos com a venda de passagens;
- XLII. Colaborar com a ARTESP na elaboração de estudos técnicos e desenvolvimento tecnológico para o aperfeiçoamento dos serviços prestados, bem como na sua implementação;
- XLIII. Ter, para início de operação, a frota necessária, disponível em até 90 (noventa) dias da assinatura deste CONTRATO e os locais para sua devida guarda e manutenção, de acordo com o Plano de Assunção Equalizado (item 23 do EDITAL que deu origem a este CONTRATO) apresentado em sua PROPOSTA e do Anexo VII – Infraestrutura Básica de Garagem do EDITAL.
- XLIV. Disponibilizar a frota para início de operação com idade média de, no máximo, 5 (cinco) anos para veículos de característica rodoviária e 7 (sete) anos para veículos de característica urbana.
- XLV. Atingir em ____ meses a idade média de, no máximo, ____ anos para a frota rodoviária e atingir em ____ meses a idade média de, no máximo, ____ anos para a frota suburbana, devendo manter, durante toda a concessão, a partir do prazo máximo anteriormente referido, idade média igual ou inferior

àquela a que a CONCESSIONÁRIA se comprometeu em sua Metodologia de Execução.

XLVI. Ter em sua frota veículos com no máximo 10 (dez) anos de fabricação. Para efeito de cálculo da idade do veículo, serão utilizados o mês e ano do seu primeiro encarroçamento.

46.2. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar o Sistema Integrado de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento - SIBEM nos prazos fixados no Anexo IX – Termo de Referência do Sistema Integrado de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento (SIBEM).

46.2.1. A apresentação do projeto do SIBEM pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP deve ocorrer em até 12 (doze) meses após o início de operação da CONCESSÃO:

46.2.2. A análise e manifestação da ARTESP deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias após a apresentação do projeto do SIBEM pela CONCESSIONÁRIA;

46.2.3. A implantação do SIBEM deve se dar em até 12 (doze) meses após a aprovação do projeto pela ARTESP devendo a CONCESSIONÁRIA disponibilizar *login* e senha de acesso do SIBEM à ARTESP, como previsto no Anexo IX – Termo de Referência do Sistema Integrado de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento (SIBEM).

46.3. A Concessionária deverá, no prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de início de operação, concluir a nova comunicação visual em todos os veículos, em atendimento as Leis 10.294/99 e 12.806/08 e conforme portaria ARTESP a ser publicada.

46.4. A Concessionária deverá, no prazo de 2 (dois) anos, concluir a nova comunicação visual em bilheterias de terminais, estações rodoviárias, sítio de comércio eletrônico, máquinas de autoatendimento (operados diretamente pelos próprios usuários) e estabelecimentos externos aos Terminais e Rodoviárias, em atendimento as Leis 10.294/99 e 12.806/08 e conforme portaria ARTESP a ser publicada.

46.5. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar e obter as certificações do Sistema de Gestão da Qualidade ABNT NBR ISO 9001, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses e do Sistema de Gestão Ambiental ABNT NBR ISO 14001, no prazo de 36 (trinta e

seis) meses da data de início de operação, ou versões mais recentes que vierem a substituí-las.

- 46.5.1. As certificações deverão ser obtidas para todas as instalações administrativas, de operação e manutenção da CONCESSIONÁRIA que serão utilizadas para a execução dos serviços objeto deste CONTRATO e, após sua obtenção, a empresa deverá mantê-las durante o período da CONCESSÃO.
- 46.6. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir o disposto na legislação nacional, estadual e municipal relativamente às normas de trânsito e proteção ambiental, submetendo-se a todas as medidas impostas pelas autoridades com poderes de fiscalização do trânsito e do meio ambiente, no âmbito das respectivas competências.
- 46.7. Nas suas contratações com terceiros, a CONCESSIONÁRIA se obriga a zelar pelo cumprimento rigoroso das disposições deste CONTRATO e demais normas legais regulamentares e técnicas aplicáveis, sobretudo no que diz respeito às medidas de salvaguarda dos usuários dos SERVIÇOS DELEGADOS, do pessoal afeto à CONCESSÃO e ao meio ambiente.
- 46.8. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, durante todo o prazo da CONCESSÃO, em sua estrutura organizacional, no mínimo no nível imediatamente abaixo dos órgãos de sua Administração, uma área para cuidar exclusivamente das relações com os usuários dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, coordenada por um *ombudsman*.
- 46.9. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter sua sede contratual na respectiva Área de Operação ou na Área Neutra, ambas no Estado de São Paulo.
- 46.10. A CONCESSIONÁRIA deverá manter suas garagens em municípios no Estado de São Paulo.
- 46.11. Os veículos vinculados à CONCESSÃO deverão ser registrados no Estado de São Paulo.
- 46.12. A CONCESSIONÁRIA deverá manter vínculo empregatício com os motoristas que conduzirem veículos, quando da execução dos serviços previstos neste CONTRATO.
- 46.13. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir as viagens dos usuários que possuam bilhetes, créditos ou outro instrumento que comprove a compra de viagens das

empresas operadoras dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS precedentes à assunção dos serviços pela CONCESSIONÁRIA.

46.14. Em decorrência da subrogação do dever de prestar os serviços de transporte indicados na Subcláusula 46.13, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar as medidas cabíveis, inclusive no âmbito judicial, a fim de que as atuais prestadoras lhes repassem os valores obtidos com a venda das respectivas passagens.

46.15. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir o disposto neste CONTRATO, no EDITAL que deu origem a este CONTRATO e seus anexos, no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e nos demais instrumentos de gestão e controle aplicados pela ARTESP.

CAPÍTULO XIX - DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 47 – CONTAGEM DE PRAZOS

47.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência em dias úteis.

CLÁUSULA 48 – FASE DE TRANSIÇÃO

48.1. Com o início da operação, quando os serviços estiverem na primeira etapa da Fase de Transição (Assunção dos Serviços), no caso de haver desatendimento ao usuário, a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a restabelecer a normalidade da operação, mesmo que não seja decorrente de falta causada por ela.

48.1.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não restabeleça a normalidade da operação imediatamente, a ARTESP utilizará os meios necessários para garantir a continuidade do atendimento aos usuários, cuja operação será paga pela CONCESSIONÁRIA responsável da região desatendida;

48.1.2. De acordo com o Anexo VI – Critérios para Elaboração da Descrição da Fase de Transição do EDITAL, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar Plano de Contingência para o caso de operadora(s) atual(is) deixar(em) de operar o sistema, antes do prazo planejado, para minimizar o risco de desatendimento.

CLÁUSULA 49 – EXERCÍCIO DE DIREITOS

49.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial de qualquer direito que assista a qualquer das PARTES por este CONTRATO, não importa sua renúncia, nem impede o seu exercício posterior, ou constitui novação da respectiva obrigação, observado, contudo, o disposto na Cláusula 24.4.

CLÁUSULA 50 – INVALIDADE PARCIAL

50.1. Se qualquer das disposições deste CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.

CLÁUSULA 51 – TRANSIÇÃO AO FINAL DA CONCESSÃO

51.1. Sem prejuízo de demais disposições contidas neste CONTRATO e anexos, são obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a boa operacionalização da transição do sistema ao PODER CONCEDENTE ou à CONCESSIONÁRIA que a suceder na delegação dos serviços:

- I. Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- II. Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- III. Disponibilizar demais informações sobre a operação do SERVIÇO DELEGADO;
- IV. Cooperar com a CONCESSIONÁRIA sucessora, com a ARTESP e/ou com o PODER CONCEDENTE para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- V. Permitir o acompanhamento da operação do SERVIÇO DELEGADO e das atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela ARTESP e/ou pela CONCESSIONÁRIA sucessora;
- VI. Colaborar com a ARTESP ou com a CONCESSIONÁRIA sucessora na elaboração de eventuais relatórios requeridos para o processo de transição;
- VII. Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA sucessora;

- VIII. Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho do PODER CONCEDENTE e/ou da CONCESSIONÁRIA sucessora, nesse período;
- IX. Interagir com o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA sucessora e demais atores e agentes envolvidos na operação do SERVIÇO DELEGADO;
- X. Colaborar das demais formas indicadas pela ARTESP.

CLÁUSULA 52 – GARANTIAS AOS FINANCIADORES

- 52.1. Sem prejuízo da possibilidade de assunção do controle da CONCESSIONÁRIA pelos financiadores, conforme o regramento previsto neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá prestar garantias decorrentes deste CONTRATO, aos seus financiadores, nos termos permitidos pela Legislação e conforme regramento estabelecido nesta Subcláusula, desde que não comprometida a continuidade e a adequação na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO.
- 52.2. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer os direitos creditórios detidos em virtude da CONCESSÃO em garantia dos financiamentos, operações de crédito, captação de recursos no mercado, operações de dívida ou similares, contanto que tal oferecimento de garantia não comprometa a continuidade e qualidade na execução deste CONTRATO e desde que a operação esteja diretamente relacionada com este CONTRATO.
- 52.3. À CONCESSIONÁRIA também será facultado oferecer garantias aos financiamentos, operações de crédito, captação de recursos no mercado, operações de dívida ou similares, mediante cessão, inclusive fiduciária, usufruto ou penhor de ações, títulos, valores mobiliários e seus respectivos rendimentos, relacionados à CONCESSÃO, desde que a operação esteja diretamente relacionada com este CONTRATO.
- 52.4. A constituição de garantias nos termos das Subcláusulas 52.1, 52.2 e 52.3 acima, deverá ser submetida à prévia aprovação da ARTESP, sob pena de a CONCESSIONÁRIA incorrer nas penalidades cabíveis.
- 52.5. Eventuais pagamentos devidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA a título de indenizações e compensações poderão ser pagos

diretamente aos financiadores sempre que assim solicitado pela CONCESSIONÁRIA, mediante notificação prévia.

52.6. No caso da realização de pagamentos diretos pelo PODER CONCEDENTE aos financiadores, tais pagamentos operarão plena quitação das obrigações do PODER CONCEDENTE perante a CONCESSIONÁRIA, pelo montante efetivamente desembolsado aos financiadores.

52.7. A CONCESSIONÁRIA também poderá estabelecer que os financiadores terão legitimidade para receber indenizações no caso da extinção antecipada do CONTRATO

CLÁUSULA 53 – TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

53.1. A transferência da CONCESSÃO dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE, nos termos do Artigo 27, da Lei Federal nº 8.987/95, implicando a ausência de anuência, na caducidade da CONCESSÃO.

53.1.1. Para obter a anuência da CONTRATANTE, o pretendente deverá:

53.1.2. Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

53.1.3. Comprometer-se a cumprir todas as Cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo EDITAL e CONTRATO.

53.2. A transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA dependerá de prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

53.3. Desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar modificação do controle acionário, estão compreendidos, exemplificativamente, como ato(s) sujeito(s) à prévia anuência da ARTESP, os seguintes:

- I. Celebração de acordo de acionistas;
- II. Emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e
- III. Instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações.

53.3.1. A transferência do controle acionário da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pela CONTRATANTE:

- 53.3.1.1. Quando a transferência não prejudicar, nem tampouco colocar em risco a execução do CONTRATO; e
- 53.3.1.2. Após 01 (um) ano da ordem de início de operação, mediante a comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas no CONTRATO e posteriores aditivos.
- 53.4. A assunção do controle ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA por financiadores e garantidores deverá contar com a anuência prévia da CONTRATANTE, nos termos do art. 27-A da Lei Federal nº 8.987/1995.

CLÁUSULA 54 – ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA

54.1. Dependem de prévia anuência da ARTESP, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO, seus anexos, e na regulação aplicável, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas e declaração da caducidade da CONCESSÃO:

- I. Alteração do estatuto social da CONCESSIONÁRIA, no caso de constituição de sociedade de propósito específico ou subsidiária integral de empresa estrangeira, ou de qualquer das consorciadas;
- II. Fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária, ou operação societária, que implique transferência de controle da CONCESSIONÁRIA, inclusive por força de modificação no âmbito das consorciadas;
- III. Redução do capital social da CONCESSIONÁRIA, no caso de constituição de sociedade de propósito específico ou subsidiária integral de empresa estrangeira, ou de qualquer das consorciadas;
- IV. Alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela CONCESSIONÁRIA e relacionados ao presente CONTRATO;
- V. Contratação de qualquer financiamento, emissão de títulos e valores mobiliários, toda e qualquer operação de dívida contratada pela CONCESSIONÁRIA, contratação de seguros e garantias;
- VI. Eventual alienação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, pelos financiadores e garantidores, para fins de reestruturação financeira da

CONCESSIONÁRIA, quando no exercício de seus *step in rights* e observadas as disposições da

- VII. Atos e negócios jurídicos que possam trazer perda de qualquer condição essencial à prestação dos serviços pela CONCESSIONÁRIA;
- VIII. Substituição do responsável técnico da CONCESSIONÁRIA;
- IX. Subcontratação ou terceirização de serviços.

CAPÍTULO XX – INTERVENIENTE-ANUENTE

CLÁUSULA 55 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE

55.1. A Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, que figura neste Contrato na condição de Interviente-Anuente, anui com as condições e cláusulas deste Contrato, com fundamento no artigo 1º, § 2º, do Decreto Estadual nº 61.635/15, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos durante o prazo de vigência do Contrato de Concessão, e especialmente:

- I. A regulamentação dos serviços prevista no Edital, em consonância com a Lei Complementar nº 1.290/2016, e Decreto Estadual nº 61.635/15;
- II. A repartição de riscos estabelecida neste Contrato;
- III. A normatização sobre a reversibilidade dos bens;
- IV. As regras acerca dos benefícios e estrutura tarifária previstas no Anexo V;
- V. Os mecanismos para reequilíbrio econômico do Contrato;
- VI. O recebimento do Ônus Variável pela ARTESP, incluindo receitas provenientes de áreas de operação que englobam regiões metropolitanas.

55.2. A Interviente-Anuente ainda reconhece que a prestação dos serviços na região metropolitana integrante do Contrato será fiscalizada pela ARTESP, aplicando-se a regulamentação prevista neste Contrato bem como demais normas cabíveis.

CAPÍTULO XXI – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA

CLÁUSULA 56 – A AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS

- 56.1. As PARTES deverão envidar os melhores esforços para resolver amigavelmente qualquer divergência ou conflito de interesse que venha a surgir em decorrência do presente CONTRATO, utilizando-se do princípio da boa-fé, por meio de negociação direta.
- 56.2. Na ocorrência de divergências ou conflito de interesse nos termos desta Cláusula, a Parte interessada notificará por escrito a outra PARTE apresentando todas as suas alegações acerca da divergência ou conflito de interesse, devendo também ser acompanhada de sugestão para sua solução e/ou elucidação.
- 56.2.1. A PARTE notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução ou elucidação proposta.
- 56.2.2. Caso a PARTE notificada concorde com a solução ou elucidação apresentada, as Partes darão por encerrada a divergência ou conflito de interesse e tomarão as medidas necessárias para implementar o que foi acordado.
- 56.2.3. Caso não concorde, a PARTE notificada deverá apresentar à outra PARTE, também no prazo de 10 (dez) dias úteis, os motivos pelos quais discorda da solução ou elucidação apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma proposta alternativa para o caso.
- 56.3. A adoção dos procedimentos indicados na Subcláusula 56.2 e respectivos subitens não exonera as PARTES de dar seguimento e cumprimento às suas obrigações contratuais, sendo dever das PARTES assegurar a continuidade da prestação dos serviços e realização dos investimentos necessários.
- 56.3.1. Somente se admitirá a paralisação dos serviços ou postergação da realização dos investimentos necessários quando objeto da divergência ou conflito de interesse implicar riscos à segurança de pessoas.
- 56.4. A autocomposição do conflito ainda poderá ocorrer perante câmara de prevenção e resolução administrativa de conflitos ou por mediação, nos termos da Lei nº. 13.140/15.

CLÁUSULA 57 – FORO

- 57.1. É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO o foro da capital do Estado de São Paulo.